

FORUM

N.º 2 OUTUBRO 1987 UNIVERSIDADE DO MINHO



FORUM

| | |
|-----------------------------|---|
| Conselho de Direcção | Prof. Lúcio Craveiro da Silva (<i>Presidente do Conselho Cultural da U.M.</i>) M. Assunção J. Vasconcelos (<i>Arquivo Distrital</i>), Henrique Barreto Nunes (<i>Biblioteca Pública</i>), Nuno Barreto (<i>Museu Nogueira da Silva</i>), Francisco Sande Lemos (<i>Arqueologia</i>), Licínio C. Lima (<i>Unidade de Educação de Adultos</i>) |
| Editor | Conselho Cultural da Universidade do Minho |
| Periodicidade | Dois Números por Ano |
| Pedidos | Gabinete de Imprensa da U.M. Largo do Paço 4719 Braga Codex Portugal |
| Preço | 350\$ Número Avulso |
| Concepção Gráfica | Nuno Barreto |
| Execução | Reprografia da Universidade do Minho |
| Capa | Assinatura de Fernão Lopes |
| Tiragem | 1.000 Exp. |
| Depósito Legal | Nº15998/87 |

N.º 2

OUTUBRO DE 1987

-
- | | | |
|----|--|--|
| 2 | <i>Licínio C. Lima</i> | O Conselho Cultural da Universidade do Minho |
| 5 | <i>Francisco Sande Lemos</i> | As Três Idades da Arqueologia Portuguesa |
| 13 | <i>César Valença</i> | Porcelana de Encomenda ou Louça Encomendada da China |
| 25 | <i>M.ª Assunção Jácome de Vasconcelos e Armando Barreiro Malheiro da Silva</i> | A «Exposição Documental» da Sala do Arcaz |
| 35 | <i>Lúcio Craveiro da Silva</i> | Paulo Orósio Finalmente Traduzido |
| 37 | <i>Licínio C. Lima</i> | Organização e Administração de Projectos de Investigação e Desenvolvimento em Educação de Adultos |
| 57 | <i>Maria Helena R. Laranjeiro da Cunha</i> | Imprensa Periódica Minhota (com índice onomástico) |
| 81 | <i>Documentos</i> | — Doação de documentação do Doutor Victor Sá — Depósito na B.P.B. da Biblioteca de D. Delfina Gomes — Protocolo de cooperação entre a B.N. e a B.P.B. |
-

O CONSELHO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

BREVE APRESENTAÇÃO

As Unidades Culturais da Universidade do Minho — **Arquivo Distrital de Braga, Biblioteca Pública de Braga, Museu Nogueira da Silva, Unidade de Arqueologia, e Unidade de Educação de Adultos** — pelos seus objectivos, pela sua intervenção cultural, de investigação e de animação, e pela dimensão e alcance que atingiram nos últimos dez anos, representam indubitavelmente um elemento de inovação no panorama universitário.

2 Assim o entendeu o Reitor, Prof. Sérgio Machado dos Santos, e tendo em consideração a importância que a Universidade tem atribuído desde o seu início ao estudo e à difusão cultural e ainda à cooperação com instituições regionais e locais, actividades paradigmáticas nas unidades culturais, decidiu, com a aprovação do Senado Universitário, criar o Conselho Cultural da Universidade do Minho.

O Conselho Cultural é portanto uma nova entidade emergente, criada a título experimental e dotada de um estatuto provisório do qual ressaltam duas áreas de intervenção: por um lado, é um órgão superior de consulta do Reitor e, por outro, é um órgão de coordenação das actividades das unidades culturais.

No primeiro caso competir-lhe-á dar parecer sobre diversas questões como as opções de política cultural da Universidade e respectivos programas culturais, a cooperação com outras instituições, e outras questões de natureza cultural que lhe sejam remetidas pelo Reitor para apreciação.

Já como órgão de coordenação das unidades culturais competirá ao Conselho Cultural promover a cooperação inter-unidades, aprovar os planos de actividade destas e velar pelo seu cumprimento, estabelecer formas de ligação entre a Universidade e a

Comunidade e elaborar o Regulamento do Conselho para aprovação superior.

Sob o ponto de vista organizacional, a gestão do Conselho Cultural cabe a uma Comissão permanente constituída por um presidente (em representação do Reitor e por ele nomeado), um vice-presidente (nomeado pelo Reitor sob proposta do presidente) e pelos responsáveis das unidades culturais.

Contudo, no domínio de competências tão expressivas como a coordenação e a cooperação entre as várias unidades culturais, a ligação entre a Universidade e a Comunidade e, com especial significado, no que concerne à aprovação dos planos de actividade das unidades e à fiscalização da sua execução, o Conselho Cultural tomará a forma de plenário integrando, para além dos membros que compõem a Comissão Permanente, outras personalidades e representantes. Refira-se, a este propósito, que a participação externa à Universidade é de cerca de 50% do número total de membros que compõem o Conselho, o que por si só poderá ser indicador da dinâmica de intervenção comunitária que se pretende imprimir a este órgão.

Para além dos membros que compõem a Comissão Permanente, a Universidade faz-se representar por: um membro do Senado Universitário, um membro do Conselho Científico, um membro do Conselho Pedagógico, dois docentes e dois estudantes (estes nomeados pelo Reitor ouvida a Direcção da Associação Académica).

A representação externa à Universidade integrará um representante da Assembleia Distrital de Braga e outro da Assembleia Distrital de Viana do Castelo, um representante da Assembleia Municipal de Braga e outro da Assembleia Municipal de Guimarães, dois elementos em representação de associações culturais do Distrito de Braga e dois em representação de associações culturais do Distrito de Viana do Castelo (escolhidos pelo Reitor de entre uma lista proposta pelas respectivas assembleias distritais, e participando em regime de rotatividade bienal), um representante da Comissão Regional de Turismo de Braga (Verde Minho) e outro da Comissão Regional de Turismo de Viana do Castelo (Alto Minho).

Caberá ainda ao Reitor a nomeação por convite de, no máximo, três personalidades de reconhecido mérito no domínio da cultura e que sejam residentes na região.

Quer as contribuições e competências, quer a composição representativa e diversificada do Conselho Cultural, justificam as expectativas e mesmo o entusiasmo vividos nos últimos meses pela Comissão Permanente que, durante o processo de designação dos restantes membros e até que a primeira reunião plenária se realize,

tem reunido periodicamente para discutir políticas e orientações, coordenar actividades, preparar e lançar a revista **Forum** e preparar os trabalhos do plenário.

Do ponto de vista das unidades culturais é já possível contabilizar benefícios e registar aspectos positivos que relevam da existência do Conselho Cultural como espaço de encontro, de reflexão e de colaboração. Mas cremos que muito estará ainda dependente da intervenção activa e empenhada dos outros membros que brevemente entrarão em funções e de quem se espera, sobretudo, o lançar de novos desafios, de solicitações e de projectos concretos de colaboração.



AS TRÊS IDADES DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

0. Se ensaiássemos dividir, por imperativo metodológico, a História da Arqueologia Portuguesa, poderíamos adoptar, por exemplo, um modelo ternário, propondo três épocas: a Idade do Ouro, a Idade das Trevas, e o Renascimento.

1. A Idade do Ouro foi a das Origens, tendo-se estendido ao longo da segunda metade de oitocentos e pelos primórdios do século seguinte.

Maugrado as deficiências de formação, os vícios individuais, os erros científicos, houve três, ou quatro gerações, que durante vários decénios, imprimiram um ritmo certo à arqueologia portuguesa, acompanhando o movimento que então animava a Europa civilizada. Pesem muito embora todas as carências que lhes poderemos apontar, é inegável que, Pereira da Costa, Carlos Ribeiro, Nery Delgado, Martins Sarmento, Leite Vasconcelos, Felix Alves Pereira, Estácio da Veiga, Santos Rocha, o Grupo da Portugália, o Abade de Baçal, entre outros, deixaram obras cuja consulta ainda hoje é imprescindível, não por mera curiosidade ou nostalgia, mas devido à absoluta ausência de novos dados, em muitas áreas científicas, geográficas, ou sítios¹.

A par desta plêiade de estudiosos, a que alguns têm recusado o título de arqueólogos (convencidos de que eles próprios o são)², existia todo o mundo de amadores e curiosos que alimentavam os estudos locais e contribuíram com frequentes notas para as revistas da especialidade, mantendo os mestres informados sobre as principais descobertas que se faziam, ou achados que ocorriam, acidentalmente.

Desse modo lembramos, no Norte, entre muitos outros, os nomes de Henrique Pinheiro, Albino Pereira Lopo, Abade Tavares, Padre Brenha, Henrique Botelho, Albano Belino, Abade Pedrosa.

É certo que se promoviam escavações, nem sempre com os melhores métodos, e se avançavam teorias, por vezes excessivas, ou se escreviam textos, frequentemente fantasiosos.

Mas, em contrapartida é um facto que por essa época, e sob uma atmosfera romântica, arrancaram as primeiras cartas arqueológicas, publicaram-se revistas com periodicidade regular, reuniram-se colecções, e criaram-se Museus de âmbito nacional ou local, que ainda hoje perduram.

Martins Sarmiento, incansável, devassou os inumeráveis cabeços do Minho, à descoberta de castros e dolmens; Félix Alves Pereira, explorou as veredas das Serras da Peneda e do Soajo, em jornadas de sol a sol. Viajante infatigável, Leite Vasconcelos descia do comboio, para se encavalitar num burro ou num macho, atingindo os lugares mais recônditos do país como a Quinta da Ribeira (Carrazeda de Ansiães), onde observou os mosaicos aí descobertos, ou o Castro de Vale de Águia, alcandorado sobre as arribas do Douro, na longínqua Terra de Miranda. O Abade de Baçal palmilhou as rotas do distrito de Bragança, e ainda hoje os dados que recolheu são o primeiro manancial para a arqueologia do Nordeste Transmontano. Rocha Peixoto, deixou-nos imagens extraordinárias de um mundo rural serrano, imobilizado no tempo³.

Eram homens de campo, enérgicos, que porém, nos seus gabinetes atulhados de livros e de relíquias arqueológicas, não se esqueciam de trasladar para o papel e dar-a-estampa, os dados que observavam ou recolhiam⁴.

6 2. No entanto, este movimento, e este estilo, a partir de um momento ainda por determinar, esmoreceram.

Não se formaram autênticas escolas. Os Museus entretanto criados, ou fecham ou entram em esclerose, como sucedeu ao Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. As publicações periódicas ou desaparecem, ou passam a sair com intervalos excessivos. O mundo dos correspondentes, dos amadores de província, esfuma-se.

A Idade do Ouro acabara.

Para alguns tal desfecho estará relacionado com o Estado Novo, e com a sua política, ou ausência de, no domínio da cultura e da ciência. Contudo uma relação directa entre a nova ordem política e o esmorecimento da actividade arqueológica, está por determinar.

Regimes semelhantes, como o Fascismo Italiano, ou o Franquismo interessaram-se pelo incremento da Arqueologia. Procuraram nesta e na História, as pretensas raízes profundas das ideologias nacionalistas, em que se sustentavam.

Pelo contrário, o Estado Novo esgotou-se no restauro de Castelos e Igrejas românicas, exauriu-se num discurso histórico ora pseudo-romântico e lamechas, ora epopeico.

Será talvez uma coincidência, outros dirão.

Porém, é um facto que à medida que o Estado Novo envelhece, no post-guerra, há uma progressiva decadência da Arqueologia, como disciplina científica e cultural. Episódios fulgurantes como a intervenção meteórica do Abade Henri Breuil, nos anos quarenta, não têm continuidade.

Os trabalhos de Mário Cardozo, de Afonso do Paço, de Eugénio Jalhay, de Abel Viana, e de Manuel Heleno, alguns dos nomes que pontificam nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta, são pouco inspirados e escassamente criadores.

Os investigadores dos Serviços Geológicos de Portugal, que sempre se interessaram pela Arqueologia, mantendo a tradição inaugurada por Carlos Ribeiro, produziam resultados com regularidade, mas nunca inovaram.

O Marcelismo não altera este estado em que vegeta a Arqueologia, embora alguns trabalhos pontuais, de maior fôlego, se destaquem.

E é assim que chegamos aos anos setenta, quase sem Escolas de Arqueologia, com o Museu Nacional fechado, com o Ensino teórico e vazio, salvo raras excepções.

Impera ainda a Junta Nacional de Educação, criada nos anos trinta⁵.

Faziam-se anualmente meia dúzia de escavações, com objectivos, métodos e resultados muito discutíveis.

Havia, no entanto, quem, dentro ou fora do sistema, lutasse por dissipar esta atmosfera cinzenta. Em Coimbra, Bairrão Oleiro, Adília e Jorge Alarcão criavam uma Escola. Em Lisboa, Eduardo da Cunha Serrão reunia à sua volta um grupo de jovens aprendizes de arqueologia.

3. Esta Idade das Trevas vai engendrar, como todos os ciclos de retração biológica, um Renascimento, que eclode na década de setenta.

Com a queda do regime de Salazar-Caetano, e a implantação da IIª República, abrem-se novas perspectivas. Devemos contudo assinalar que já anteriormente a 1975, se notavam os primeiros indícios de um Renascimento.

Rápidamente, nos anos subsequentes a 74, as Universidades Clássicas renovam os seus quadros docentes, no domínio da Arqueologia, empreendendo um esforço significativo no sentido de dinamizar o ensino e a investigação.

No âmbito das Universidades Novas criam-se pólos da Arqueologia, em Braga e em Évora. Outro núcleo, de âmbito regional, consolida-se em Setúbal.

A Secretaria de Estado e da Cultura apoia decisivamente este processo renovador, veiculando meios financeiros bastante significativos.

Todo este movimento tende a acentuar-se na década de oitenta. São criados o Departamento de Arqueologia e os três Serviços Regionais de Arqueologia, distribuídos pelo Norte, Centro e Sul⁶. É organizado, anualmente, um Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos. Na definição da política nacional em matéria de Arqueologia tem um peso decisivo a Comissão Nacional Provisória de Arqueologia, criada em 1981, e em que estão representadas cinco Universidades, e os Museus e Serviços de Arqueologia, dependentes do Instituto Português do Património Cultural⁷.

Ano após ano, aumenta o número de escavações e de projectos.

Também as autarquias apoiam vigorosamente, quer os trabalhos de campo, quer estudos e reuniões, de ordem cultural ou científica.

Dir-se-ia estarmos a viver um novo fôlego da Arqueologia, talvez tão intenso como o que ocorreu no séc. XIX, e até, supõe-se, mais estruturados.

Mas, será assim? Ou pelo contrário este Renascimento, esta nova Idade do Ouro, será aparente, ou pelo menos fugaz?

8 4. Na verdade, cada vez com maior insistência os arqueólogos interrogam-se sobre o exacto significado de todo o movimento que desenhamos em traços largos. Questões de fundo são permanentemente suscitadas, seja nas conversas do dia-a-dia, seja nas reuniões e colóquios, seja, ainda, nas instâncias académicas e consultivas.

Qual é o conteúdo desta actividade febril? Qual é a consistência dos resultados?

Reconhece-se que a Arqueologia assume uma nova dimensão, científica, cultural. Os resultados adquiridos pelos projectos arqueológicos são aplicados:

- no desenvolvimento cultural das comunidades;
- no ensino;
- no ordenamento do território;
- na renovação de museus;
- no turismo.

Mas, infelizmente, de uma forma fragmentária, desequilibrada e sem ritmo.

Verifica-se que a Arqueologia é tema de notícias frequentes, na Imprensa, nacional ou local, na Rádio e na Televisão. Porém, de uma

forma superficial, por vezes inusitada ou mesmo absurda.

Multiplicam-se colóquios e exposições de arqueologia.

As escolas organizam visitas, em que turmas sucessivas de alunos desfilam por entre ruínas, mal cuidadas, e museus, geralmente destituídos de um discurso pedagógico estimulante.

Assim, as pedras e os objectos arqueológicos sepultados durante dezenas de anos nos solilóquios dos investigadores, passam a constituir um assunto público.

Mas, no fundo, que sentido, que continuidade tem esta nova inserção social da Arqueologia? Qual é o alcance e a duração dos resultados alcançados?

O fracasso da precedente Idade do Ouro constitui sério aviso. Irá esta Nova Idade durar? Estão a constituir-se Escolas aptas a formar arqueólogos, e não apenas licenciados em letras? Vai a investigação científica assentar arraiais e desenvolver-se?

De facto, as perspectivas não são as melhores. Na realidade, todo o renascimento de que falámos carece de bases sólidas:

- a investigação universitária não adquiriu a necessária autonomia, e continua dependente financeiramente do Instituto Português do Património Cultural, e das autarquias;

- o ensino ainda não alcançou a especialização desejável, e os recém-licenciados em Arqueologia (variante), defrontam-se com a inexistência de perspectivas de emprego;

- não se instalaram os laboratórios necessários à exploração científica dos dados produzidos pelas escavações, ou os poucos que arrancaram, estão longe de satisfazer uma percentagem mínima da procura a nível nacional, seja no domínio do C14, seja em Palinologia, ou Sedimentologia;

- os meios de restauro e conservação de materiais arqueológicos são insuficientes;

- os Museus de Arqueologia tardam em reactivar-se, a fim de realizarem a função conservacionista, pedagógica e cultural que lhes compete;

- os Serviços Regionais de Arqueologia não alcançaram a eficácia técnico-científica desejável, e autonomia regional, lutando continuamente pela sobrevivência;

- a política arqueológica do Instituto Português do Património Cultural, e os fundos do Estado que são atribuídos por esta via, têm dependido inteiramente da vontade da Presidência do Instituto;

- não se publicam regularmente os resultados científicos dos trabalhos efectuados;

- o património arqueológico continua seriamente ameaçado e é escassamente divulgado;

- etc., etc...

Enfim, um rosário de lamentações, cujo percurso completo e exaustivo, demoraria bastante.

6. Face a este panorama a comunidade dos arqueólogos, dividida, pequena, isolada, não tem real influência nas instâncias que decidem a política cultural, e encontra-se inoperante, ou talvez, mesmo, desalentada. Aliás, essa ausência de poder reflecte-se na intriga comezinha, na corrida aos magros subsídios estatais, e na pequena pirataria científica.

E no entanto, o interesse pela Arqueologia parece ser cada vez maior: as autarquias continuam empenhadas em investir no estudo e divulgação do património arqueológico; a comunicação social acompanha com interesse, embora de uma forma nem sempre correcta, as acções que os arqueólogos realizam; o público revela-se ávido em conhecer tudo o que diz respeito às origens.

Seria aliás interessante que alguém, talvez o Departamento de Arqueologia, promovesse um inquérito à opinião pública, semelhante aos que têm sido efectuados noutros países da Europa Ocidental. Seria assim possível medir o acolhimento que a actividade arqueológica tem junto das populações, e as suas expectativas.

Mas, independentemente de inquéritos e outros estudos, é evidente que se torna indispensável estabelecer uma relação proveitosa entre a Arqueologia e a sociedade, no nosso país. Para isso é necessário que os arqueólogos reflectam sobre a actividade que desenvolvem.

10 De facto, para que uma prática profissional adquira um estatuto próprio, se afirme socialmente, e produza resultados científicos e culturais, é necessária uma ética, um programa.

Na arqueologia portuguesa, actualmente, quase tudo é possível. Há arqueólogos que trabalham bem, que escavam com rigor, mas que prosseguem projectos cujo interesse é discutível. Há outros que perseguem precipitadamente conclusões que à partida já possuíam, sem respeitar a coerência dos métodos, e a verdade dos factos. Há ainda outros acomodados à burocracia, entregues a rotinas absurdas, kafkianas.

Felizmente existem muitos empenhados em projectos conseqüentes que estão a produzir obra inovadora.

No entanto, falta um ambiente de crítica científica, um planeamento eficaz, um quadro das prioridades, em matéria de conservação e investigação.

Para quebrar este estado de coisas, é imperioso que se discuta o estatuto da Arqueologia, o seu relacionamento com a sociedade, as suas referências institucionais, a sua prática científica e conservacionista.

De outro modo, o Renascimento que evocámos, com optimismo, talvez forçado, não será senão uma aparência, que se extinguirá ainda antes da geração que o animou.

Recentemente, em 1986, um grupo de trabalho patrocinado pelo Departamento de Arqueologia do I.P.P.C., começou a produzir as bases de um Livro Branco sobre a Arqueologia.

A actividade deste grupo, que reunia arqueólogos de reconhecida competência, foi inesperadamente interrompida.

É obrigação do Instituto levar até ao fim esse trabalho, e dar a lume as conclusões, a fim de serem discutidas e a fim de poderem ser consagrados princípios, pontos de referência de uma política nacional.

Finalmente, seria indispensável que os arqueólogos constituíssem uma associação profissional, como a Ordem dos Advogados ou dos Médicos, ou a Associação dos Arquitectos.

Considerando que já existe uma Associação dos Arqueólogos Portugueses, com fins diversos, poderia implementar-se uma Sociedade de Arqueólogos, com responsabilidades institucionais e jurídicas, de cariz profissional.

Talvez assim, e por outros caminhos de bom senso e ponderação, seja possível evitar uma nova Idade das Trevas...



PORCELANA DE ENCOMENDA OU LOUÇA ENCOMENDADA DA CHINA

A porcelana, material que continua a fascinar-nos pela beleza e qualidades que possui, deve-se a uma das mais brilhantes e requintadas civilizações que o Homem criou: — a China. Terá sido na dinastia T'ang (608-907) que a porcelana apareceu pelo aperfeiçoamento do Grês, com uma pasta onde entra de forma indispensável o caolino.

A palavra porcelana, utilizada em quase todas as línguas da Europa, é originalmente um vocábulo latino, português ou italiano, que nomeava um molusco com uma concha semelhante de aspecto à louça importada da China pelos portugueses no séc. XVI. Palavras derivadas de porcelana são utilizadas em quase todas as línguas para a nomear; peculiarmente em Inglês, usa-se a palavra «China» para a porcelana, possivelmente como homenagem ao país onde primeiro foi composta.

Embora as porcelanas, como outros produtos preciosos, chegassem à Europa pelas diversas rotas que sempre a ligaram à Ásia, é com a descoberta do caminho marítimo para a Índia pelos Portugueses que essa cerâmica é exportada em quantidades significativas para a Cristandade. Este precioso material vai obter grande êxito junto das classes ricas e cultas, substituindo parcialmente as baixelas e faiança, prata ou ouro utilizado até ao séc. XVI.

A China, além de copioso fabrico para consumo interno, onde havia a perfeita noção da sua alta qualidade, produzia porcelanas para o extremo e próximo Oriente, no entanto é com os Portugueses que se inicia uma das mais interessantes porcelanas destinadas à exportação. Estamos assim perante a porcelana de «encomenda», esses deliciosos híbridos de duas mentalidades e culturas.

Tendo os Portugueses tomado Malaca em 1511, poucos anos depois de Vasco da Gama ter chegado à Índia, lançaram-se em audaciosas expedições para a China, sendo os nossos barcos os

primeiros do Ocidente a tocar as margens míticas do «Celeste Império». Em 1557 é dada autorização aos portugueses para se estabelecerem em Macau, que se torna o grande centro de exportação de porcelana. Existem dois jarros desta época destinada ao Rei D. Manuel I, ostentado a esfera armilar (Art. 26, Col. Medina e Almeida — Lisboa. Pág. 141).



14

Jarro

de cor azul com esfera armilar e armas de D. Manuel I (séc. XVI). Alt. 26 cm. Fundação Medeiros e Almeida, Lisboa.

Esta peça, é não apenas das primeiras porcelanas de encomenda, mas a predecessora de todas as peças brasonadas que irão satisfazer o gosto estético e o orgulho da aristocracia europeia, durante três séculos.

No séc. XVI o comércio florescente dos Portugueses fez de Lisboa o grande mercado de produtos do Oriente. Daí eram distribuídos por toda a Europa pelos Holandeses.

A evidência do prazer provocado pela porcelana, está documentado pelos presentes do Rei D. Manuel I a membros da Casa Real. Também o Cardeal D. Henrique, ainda Infante, mandou diversas peças de «louça da Índia» ao Papa Pio IV, por sugestão do Arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, que estivera em Roma por ocasião do Concílio de Trento.

A importação de louça da China para Portugal e para o Brasil mantém-se em quantidade e prestígio, mesmo nos fins do séc. XVIII, quando o resto da Europa passa a preferir as porcelanas Europeias. É desta época o notável e célebre serviço do Bispo do Porto, D. Frei António de Castro, de que o Museu Nogueira da Silva possui um prato com o n.º 26 na vitrine de louça brasonada. Podem referir-se

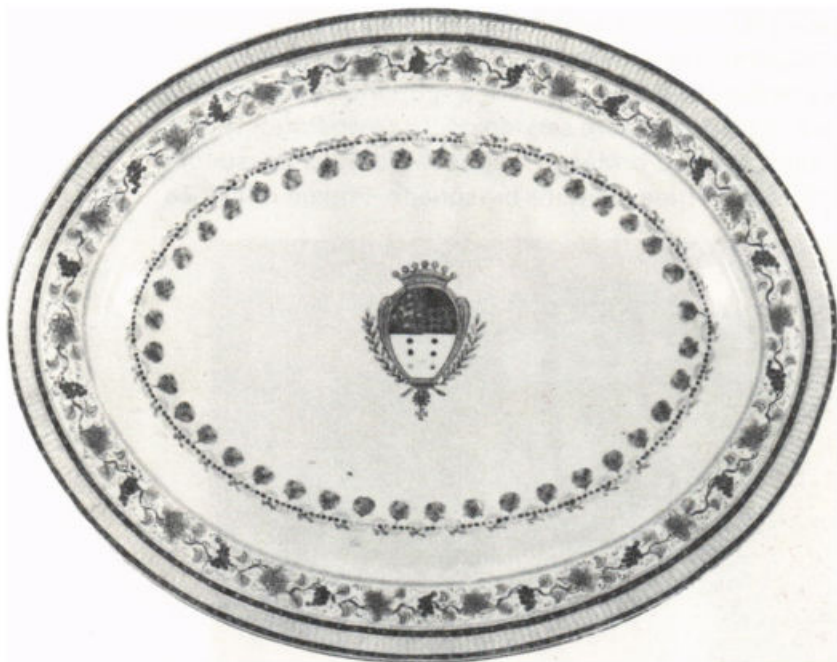


15

Prato dos fins do séc. XVIII
 com as armas do Bispo do Porto D. Frei Ant
 de Castro (Resende). (26)

nesta mesma colecção e no mesmo gosto e época o conjunto da família Sande e Castro n.º 30 ou o encantador cesto do serviço da família Rangel, cujo erro heráldico, a coroa real em vez do coronel de nobreza, tornam uma peça rara (n.º 20). Na secção da louça com figuras Europeias, refere-se especialmente o prato com um par de amantes em «pose» à antiga tão do agrado da época n.º 45, a poncheira com a deusa Diana e uma caçada a cavalo, pintado em «grisaille» e ainda o prato representando um piquenique entre ruínas, cena que anuncia claramente a sensibilidade Romântica n.º 47.

Na mesma secção existem dois pratos, n.ºs 51 e 52, que se costumam chamar «Jesuítas», são pintados em «grisaille», e têm



Travessa

*com as armas da família Sande de Castro, séc.
XVIII. (30)*

16



Pequeno cesto vasado

*de um serviço da família Rangel, (Visconde de
Beire), séc. XVIII. (Número 20).*



*Prato com decoração «à antiga»
com influência dos temas mitológicos — sé
XVIII. (45)*

temas religiosos. Tradicionalmente a sua encomenda era atribuída à Companhia de Jesus, sabe-se no entanto que os temas religiosos e a pintura, em tons cinzentos, não eram um exclusivo da Ordem de St. Inácio, sem se desmentir que a Companhia de Jesus tenha feito encomenda de porcelana, dada a sua importância na missão do Oriente, da estima muito especial de que gozaram junto dos imperadores Chineses e da empatia, fascínio e respeito que a Civilização Oriental exerceu sobre estes religiosos.

No ano de 1709 e devido à pesquisa feita especialmente na Alemanha, consegue-se em Meissen, Saxe, descobrir a composição e fabrico de porcelana.

A fábrica de Meissen, com a protecção do Rei Augusto, Eleitor de Saxe, alcança rapidamente uma altíssima qualidade e correspondente prestígio. Inicialmente, Meissen inspira-se nos modelos vindos da China, depois lança modelos próprios que se tornam grande moda nos meios mais requintados da Europa. Devido ao êxito de Meissen e aos preços altíssimos dessa louça, fazem-se encomendas na China ao gosto de Meissen, que são por vezes difíceis de distinguir do modelo original. Uma dessas peças pode ser apreciada na vitrine com o n.º 50, da colecção N.S. A chavena com o seu pires são tanto mais curiosos, quanto a mistificação foi ao ponto, de lhe colocarem as iniciais do Rei Augusto de Saxe. Depois dos Alemães foram os Franceses a conseguir a celebrada pasta, primeiro em Vincennes e depois em Sevres. Portugal, devido ao prestígio que a louça da China mantinha, ao nosso conservado-



18





19

Prato

vulgarmente chamado «Jesuita»
representando o nascimento de Cristo, fins do
séc. XVII, início do séc. XVIII. (51)

Prato

representando as núpcias de Dafné e Cloé,
produção de uma gravura de B. Audran sobre
um desenho de Philippe d'Orléans. (47)

Prato

mesmo tipo do anterior mas representando a
crucificação de Cristo, fim do séc. XVII, início do
séc. XVIII. (52)



Chávena com decoração oriental

*mas copiando a porcelana de Meissen, fins do
séc. XVIII. (50)*

20

rismo estrutural, e à dificuldade em encontrar caolino, só consegue o fabrico industrial da porcelana em 1824 na Vista Alegre. Antes, houve experiências várias, numa das quais se enviou caolino português para a China com a esperança de se conseguir o fabrico da porcelana. Dessa experiência resultou o erradamente chamado serviço dos «Meninos de Palhavã», no qual consta esperançosamente: — «Este barro é outro Unicórnico, 1776». A raridade e qualidade do barro são comparadas à do animal fabuloso. Um prato deste misterioso serviço, apesar da Coroa Real e das iniciais, não se sabe quem o encomendou, encontra-se na vitrine da louça da China com figuras Europeias com o n.º 49.

Fabricando os Chineses como se viu louça para consumo interno, quer para exportação para diversíssimas regiões de diversas culturas e dado o sentido comercial que lhes é característico faziam-no de acordo com o gosto dos clientes e as finalidades de encomenda.

A Europa preferia peças próprias para as funções e alimentos habituais da sua civilização e de acordo com a sua própria estética.

Essa porcelana deveria chamar-se «louça encomendada da China», mas a palavra Índia desde cedo se tinha consagrado com o significado geral de Oriente, abrangendo regiões desde a África Oriental até ao Japão e por outro lado sendo a louça vulgarmente comercializada pelas «Companhias» monopólios comerciais, inseridos na política de nacionalismo económico, que se conhece por



Prato

de um serviço conhecido erradamente como pertencendo aos «Meninos de Palhavã» datado de 1776. (49)

Mercantilismo, notabilizou-se internacionalmente com o nome de «Companhia das Índias».

O Comércio de Portugal com o Oriente inclinou-se conforme a situação de expansão ou de retracção económica do Estado, entre o monopólio da Coroa, autêntico mercantilismo «avant la lettre» de D. João II e D. Manuel, à entrega de contratos a particulares. No entanto, no caso das louças, nunca fizeram parte dos monopólios do Estado e foram sempre negociadas livremente, recebendo a Coroa apenas a sua percentagem.

A primeira Companhia Portuguesa das Índias Orientais data de 1587 e dedicou-se sobretudo ao comércio da pimenta. Houve uma segunda tentativa para a criação de uma companhia em 1619 tendo recebido regimento em 1628, foi extinta em 1633 sem grandes resultados. Em 1687 cria-se nova Companhia extinta 12 anos depois com o resultado da primeira.

O Marquês de Pombal, no seu mercantilismo comercial, criou uma nova companhia de Comércio Oriental em 1753 que não obteve grande êxito ao contrário da Companhia das Vinhas do Alto Douro que continua a existir.

De qualquer forma, trazido pelas Companhias por particulares ou ainda por encomenda da Coroa, avaliam-se em 10 milhões o número de peças de porcelana trazida pelos Portugueses.

Lisboa no séc. XVI substituíra em parte Veneza nas ligações com o Oriente sendo depois substituída por Amesterdão. A decadência da Rota do Cabo e a «sêde» de prata da América espanhola para os pagamentos no Oriente prepararam a união dinástica com Castela. Filipe II de Espanha, neto de D. Manuel I, ao tornar-se rei de Portugal obriga a que o país assumia com os outros países Ibéricos a oposição às potências protestantes e capitalistas do Norte. O bloqueio de Lisboa obriga a que os Holandeses, nossos intermediários até então, procurem os portos orientais. Franceses, Ingleses e outros povos vão segui-los. Francisco I de França comentando o Tratado de Tordesilhas já perguntara irónicamente pelo testamento de Cristo para verificar se seriam Portugueses e Castelhanos os herdeiros do Mundo. A concepção do «Mar Livre» impunha-se.

Em 1602 cria-se em Amesterdão a «Verening de Oost Indische Compagnie» (V.O.C.), que organizada com pragmático espírito burguês, rica de capital, parte originário dos judeus portugueses fugidos para a Holanda, vai conhecer grande êxito e prejudicar seriamente o Império Português do Oriente, alicerçado em concepções muito diferentes.

A Companhia Holandesa das Índias Orientais foi o maior fornecedor de porcelana à Europa, avaliam-se em 43 milhões de peças importadas só entre 1724 e 1794.

22

Os Ingleses criam por sua vez em Londres, em 1708, uma Companhia das Índias Orientais que instala em Cantão a sua primeira feitoria. Em pouco mais de um século chegam a Londres 30 milhões de peças. Posteriormente Franceses, Dinamarqueses, Alemães Suecos e mesmo Austríacos, estes a partir do porto Belga de Ostende, tiveram com maior ou menor sucesso a sua Companhia das Índias, de acordo com o mercantilismo e com a paixão da Europa pela «Chinoiserie».

O «rocaille», essa graciosa degenerescência do Barroco, teve uma devoção especial por um Oriente utópico, imaginado para uso de uma sociedade elegante, fútil e requintada que se despedia alegremente do «Antigo Regime» nos pavilhões dos jardins e nas salas de porcelana de alguns grandes palácios da Europa.

O chá, o chocolate e o café tinha-se instalado na boa sociedade e os Chineses fabricavam os serviços para estas bebidas e ainda as baixelas de jantar ao gosto dos Ocidentais. O bule, da coleção N.S. (n.º 56), é um bom exemplar do «rocaille» executado pelos artesões Chineses. Esta peça está longe da austeridade e da pureza dos Celadons da sala Medina repetidos durante séculos pelo gosto



Bule

da Companhia das Índias, de época tardia e tamanho invulgar. (56)

revivalista, conservador e por vezes interesseiro dos Chineses, Celadons que teriam a virtude de anular os venenos servidos em pratos dessa qualidade, pois segundo alguns mudam a côr da louça em contacto com o veneno. Estas peças devem a sua côr a um esmalte variando do verde azulado ao verde-cinza ou ao verde-azeitona. Celadons tão próximos do nosso gosto actual, tão raros e sobretudo tão difíceis de classificar pela permanência do seu fabrico entre os séculos XII e XVIII.



BIBLIOGRAFIA

- «Os Descobrimentos e a Economia Mundial», V.M. Godinho
«Porcelaine de la Compagnie des Indes», M. Burderley
«La Porcelaine des Compagnie des Indes à Decor Occidental», F. et Hervoeret e Ives Brunean
«La Porcelaine Ming», D. Lyon e Goldschmidt
«Louça Brasonada», J. Campos e Sousa
«Cerâmica Brasonada», Conde de Castro Sola
«Chinese Armorial Porcelaine», David S. Howard
«A Companhia das Índias e a Porcelana Chinesa de Encomend José Roberto Teixeira Leite, Fundação Cultural da Bahia 1986



A «EXPOSIÇÃO DOCUMENTAL» DA SALA DO ARCAZ

Nota Introdutória e Roteiro

Um Arquivo Histórico impõe-se hoje não apenas como um organismo fechado dentro do espaço mofento, onde se conservam largos metros lineares de estantes repletas de maços, pastas e livros de outras eras e diversas origens, mas antes um organismo público aberto e dinâmico, a quem se deve, naturalmente, exigir uma intervenção decisiva no campo da Animação e Extensão Culturais.

Convém, pois, que os Arquivos Históricos se estruturam internamente de maneira a integrar a sua orgânica, além dos inevitáveis serviços de Leitura, de Reprografia (Fotocópias, Microfilmagem e offset), de Certidões, de Incorporações e de Tratamento Arquivístico (classificação, inventariação e/ou catalogação), um serviço, bem articulado e apoiado, de Animação Cultural.

Remetendo para o próximo texto e para um especialista na matéria (colaborador do A.D.B.), a explanação teórica e o implemento prático de um serviço deste tipo, interessa-nos tão sómente divulgar, aqui, o firme propósito de A.D.B. de apostar bastante na activação plena de um projecto audaz e talvez pioneiro de Animação Cultural, dando assim continuidade e adequado enquadramento e algumas outras iniciativas, surgidas acidentalmente durante a já longa existência do Arquivo.

Uma dessas iniciativas é chamada «Exposição Documental da Sala do Arcaz», com carácter permanente, cujo roteiro aqui se apresenta e que tem constituído um dos poucos espaços onde o A.D.B. comunica didaticamente com um público diversificado e à partida desconhecedor da natureza e património arquivísticos.

Num programa geral e bem pensado de actividades de Animação esse espaço tem necessariamente, que ser revisto e desenvolvido sujeitando-o a modificações decisivas, que se estenderão, por exemplo, ao próprio material exposto (maioritariamente relativo às

Épocas Medieval e Moderna).

A valorização da imagem como suporte informativo (diapositivos, diaporamas, expositores de parede com fotos e cartazes, vitrines remodeladas, etc.) levará a explorar profundamente as inúmeras potencialidades da «Exposição Documental», que até agora se mantêm atrofiadas.

Num breve comentário ao Roteiro, incluído neste apontamento, e à guia de conclusão chamamos a atenção para o valor histórico e nacional de alguns documentos expostos, para a importância do espólio eclesiástico procedente dos Cartórios da Mitra e Cabido de Braga (incorporados no A.D.B. a partir de 1917 — data da sua criação), para a colecção sigilográfica exposta e para algumas peças isoladas, isto é, não pertencentes a fundos orgânicos ou institucionais, na sua maioria localizados na Sala dos Manuscritos — grande «Miscelânea» onde se recolheram segundo um critério discutível espécies provenientes das Livrarias dos Mosteiros, Conventos, da Mitra e de Casas Particulares.

Roteiro dos Livros e Documentos em Exposição na Sala do Arcaz

26

- 1) — Divisão original do termo da cidade de Braga feita pelo rei de Leão D. Afonso III o Magno. (Ano 835).
COTA: Gav. de Braga, doc. 1.
- 2) — Confirmação do couto de Braga por D. Afonso Henriques ao Arcebispo de Braga, D. Paio Mendes. (Ano 1128).
E também conhecido por «Documento da Fundação de Portugal».
COTA: Gav. de Braga, doc. 5.
- 3) — Cartulário do Mosteiro de Fiães — Livro das Datas. (Anos 1185-1247).
COTA: Col. dos Mss. n.º 1052.
- 4) — Provisão do rei D. Fernando para que as suas justiças guardassem os coutos, honras e herdades que Leonor Afonso, aia do Infante D. Dinis irmão do rei, tinha nos julgados de Penafiel, Canaveses, Felgueiras, Vermoim, Prado, Ponte do Lima e Maia. (Ano 1369).
COTA: Gav. dos Coutos, doc. 15.

Aos vinte e cinco dias do m̃s de Julho baptizei
 Francisco filho de Antonio Sanches fisico e
 de sua mulher Filipa de Sousa padrinho o
 Comendador Antonio del Castilho e madri-
 nha Maria Gonçaves mulher do Licenciado
 Manoel Aranha moradores na rua do Souto.

**Assento de baptismo de
 Francisco Sanches — Ano de 1559**

«Aos vinte e cinco dias de Julho baptizei Francisco filho de Antonio Sanches fisico e de sua mulher Filipa de Sousa padrinho o Comendador Antonio del Castilho e madrinha Maria Gonçaves mulher do Licenciado Manoel Aranha moradores na rua do Souto». Este documento, publicado por José Machado no 1.º volume do Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, veio resolver a questão de naturalidade do grande filosofo.

Iau det Dominum.

Pf. Lauda Dũm.

Y Audivi vocem de caelo dicentẽ&c.
 R Beati mortui qui in Dno mori.&c.

AD BENEDICTUS
 ANTIPHONA

E go sum refure
 ctio & vi ta: qui cre

Música Sacra do séc. XVII

Livro manuscrito de música Sacra: cm. 49x34.
 Encad. carneira e cartão. Séc. XVII.

- 5- Súplica do Cabido de Tui, que se encontrava em Valença do Minho, por causa do cisma que havia em Castela, em que postulava ao Anti-Papa João XXII, Lopo Vasco da Cunha, Reitor da Lourinhã e Comendatário do Mosteiro de Santo André de Rendufe, para Bispo de Tui. (Ano 1415).
COTA: Gav. Notícias Várias, doc. 48.
- 6- Alvará de El-Rei D. Afonso V em que manda aos seus corregedores e justiças, que guardem o contrato que ele celebrou com o Arcebispo de Braga D. Luís Pires, sobre a jurisdição de Braga. (Ano 1477).
COTA: Gav. de Braga, doc. 25, com selo.
- 7- Bula do Papa Inocência VIII em que concede ao Arcebispo de Braga D. Jorge da Costa alternativa no provimento dos benefícios. (Ano 1487).
COTA: Gav. dos Arcebispos, doc. 60, com selo.
- 8- Testamento de D. Afonso II. (Ano 1218).
COTA: Gav. dos Testamentos, doc. 11, com selo.
- 9- Codocilo ao testamento de D. Dinis. (Ano 1299).
COTA: Gav. dos Testamentos, doc. 37, com selo.
- 10- Carta de compra de uma herdade em Vila Nova de Riba de Ave sendo compradores João Lourenço, mercador e vendedor Pedro Jorge, soldado em Lisboa.
2 pergaminhos com o mesmo número. Selo de cera corada com a mais antiga representação conhecida do selo da cidade de Lisboa. (Ano 1248).
COTA: Gav. das Propriedades Particulares, doc. 534.
- 11- Missal de Mateus — o mais antigo missal bracarense conhecido. Embora não tendo sido feito para servir em Braga, juntaram-lhe, por volta dos meados do séc. XII, um calendário da diocese Bracarense que ficou num caderno adicional, no princípio do missal. O nome por que é conhecido advém-lhe da freguesia de Mateus, diocese de Vila Real, em cuja igreja paroquial se conservava desde 1421.
COTA: Col. dos Mss., doc. 1000.
- 12- Mapa de Braga. (Ano 1594).
COTA: Gav. dos Mapas, doc. s/n.º.
- 13- Breviário de Soeiro Mouro.
COTA: Col. Mss., liv. 657.

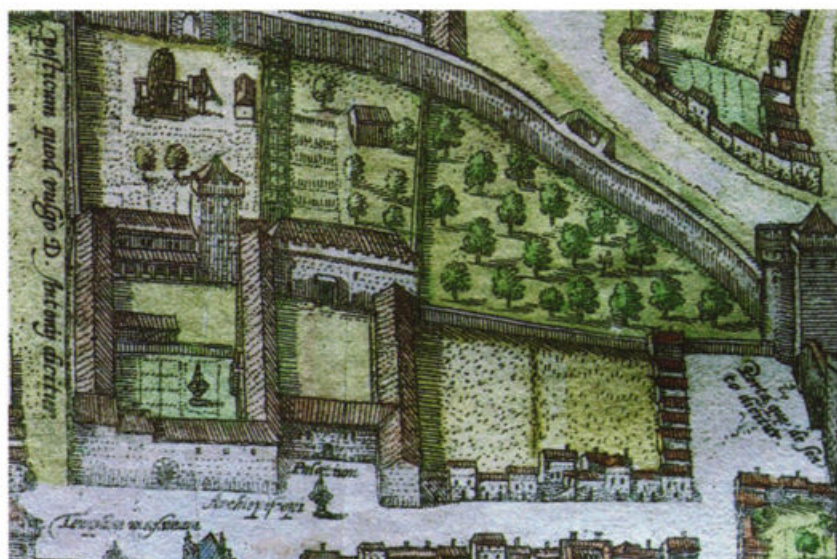
- 14) — Fragmento em pergaminho com iluminura (séc. XIV).
COTA: Gav. das matérias inúteis.
- 15) — Prazos do Cabido (1578-1580).
COTA: Tombo do Cabido, liv. 35.
- 16) — Processo no pleito entre o Cabido de Braga e João Durães sobre pertenças da honra de Lamações e Fraião e sentença de D. Dinis a favor do Cabido contra o referido João Durães. (Ano 1301-1303). (Rolo com o comprimento de 21m, 92cm).
COTA: Gav. dos coutos, doc. 80.
- 17) — Divisão dos limites do Arcebispado de Braga com o bispado do Porto. (Ano 1193).
COTA: Gav. dos Arcebispos, doc. 25.
- 18) — Extracto das igrejas de Entre Douro e Minho e dos direitos que delas se pagam.
COTA: Gav. 1.ª das igrejas, doc. 1.
- 19) — Alvará do Rei D. Afonso IV em que toma debaixo da sua protecção o Cabido de Braga e as pessoas do mesmo Cabido, seus bens e criado. (Ano 1332).
COTA: Gav. dos Privilégios e Honras, doc. 10.
- 20) — Anexação que o Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra fez de um canoninato ao tesoureiro Pedro Fernandes. (Ano 1443).
COTA: Gav. das Dignidades e Cónegos, doc. 56.
- 21) — Sentença do bispo de Lamego, juiz comissário da Bula do papa Eugénio IV, da anexação e união de dois canoninatos à Fábrica da Sé de Braga, em que julgou a dita bula. (Ano 1437).
COTA: Gav. da Sé, doc. 10.
- 22) — Sentença do vigário geral do arcebispado de Braga D. Lourenço a favor do cabido de Braga contra o Abade e Mosteiro de Tibães, em que julgou que o dito Mosteiro devia pagar cada ano ao dito cabido um moio de trigo pela medida de S. Geraldo, da dádiva pelo St.º André pela Igreja de Estela, unida ao dito Mosteiro. (Ano 1386).
COTA: Gav. 1.ª das Propriedades do Cabido, doc. 291.



Guerreiro Medieval (Livro de Horas)

*Iluminura quatrocentista da escola francesa.
Livro de Horas: cm. 17x11,5. Escrita gótica
bastarda francesa. Séc. XV.*

30



**Paço Arqueiscopal em 1594 —
Planta de Georgius Braun**

No antigo Paço dos Arcebispos encontram-se hoje instalados, o Arquivo Distrital, a Biblioteca Pública, a Reitoria e outros serviços da Universidade do Minho.



**Assinatura de Fernão Lopes
(Fernandus Lopi)**

Consta de uma certidão de 14 de Dezembro de 1436, extraída a pedido do concelho e julgado de Riba de Lima, do Livro das Inquirições Régias, na parte aplicável à região, visoriada em 26 de Abril de 1228.

Esta preciosidade diplomática foi publicada em 1934, por Rocha Madahil. Elevam-se, assim, a vinte o número de certidões passadas pelo nosso primeiro historiador, no seu officio de «Guardador das escripturas do tombo e chaves dela».

- 23) — Bula do Papa Gregório IX em que comete ao arcebispo de Braga, D. Silvestre Godinho o sagrar ao M. Tibúrcio em Bispo de Coimbra, tendo estado aquela igreja vaga 40 anos. (Ano 1235).
COTA: Gav. dos Arcebispos, doc. 30.
- 24) — Carta do Arcebispo de Compostela e do Deão e Arcediago de Neridis (sic) da mesma Sé, em que mandam aos bispos da Guarda, Lamego e Évora que sagrem a D. João, Bispo eleito de Lisboa e confirmado pela igreja de Compostela Jure metropolitano. (Ano 1294).
COTA: Gav. dos Arcebispos, doc. 19.
- 25) — Prazo do assento da câmara de S. Martinho de Dume feita pelo Arcebispo D. Martinho, e consentimento do cabido a Álvaro Pires seu mordomo. (Ano 1301).
COTA: Gav. de Prazos Particulares, doc. 30.
- 26) — Sentença de Vasco Domingues, Abade de S. Paio de Pousada, Juíz Comissário, a favor do Cabido de Braga contra João Anes e sua mulher. (Ano 1386).
COTA: Gav. de Matéria de Prazos, doc. 13.

27- Sentença do Arcebispo D. Lourenço a favor do Cabido de Braga como sucessor no vínculo de Semelhe que instituiu o Arcebispo de Braga D. João Viegas, contra Vasco Peres Furtado possuidor da quinta de Semelhe, cabeça do dito vínculo que tinha emprazado, para que as largasse livres ao Cabido. (Ano 1388).

COTA: Gav. Capelas e Vínculos, doc. 29.

28- Juramento de sujeição que fez D. Nuno, bispo de Tui ao Arcebispo de Braga D. Ordonho e à Igreja de Braga. (Ano 1312).

COTA: Gav. dos Arcebispos, doc. 32.

29- Sentença de Gil Afonso arcediogo do couto e Vigário Geral do Arcebispo de Braga D. Fernando de Guerra, contra João Vaz em que julgou pertencer o domínio directo das quintas de Ruilhe e Cabanas em S. Martinho de Dume ao dito Cabido. (Ano 1437).

COTA: Gav. 2.ª das Propriedades do Cabido, doc. 53.

30- Sentença de Rodrigo Alvares arcediogo de Neiva e cónego de Braga, Juíz das capelas por comissão do Arcebispo de Braga D. Lourenço em que julgou pertencas ao Cabido de Braga a administração de capela de St.º André de uma missa cantada na Sé de Braga, por morte do último administrador. (Ano 1394).

COTA: Gav. das Capelas e Vínculos, doc. 42.

32

31- Sentença do arcebispo de Braga D. Martinho Afonso em que julgou devoluto à Capela que instituiu D. Pero Fernandes, cónego de Braga, o prazo de umas casas na Rua do Souto por serem findas as vidas. (Ano 1412).

COTA: Gav. das Capelas e Vínculos, doc. 47.

32- Prazo de Fls. 43v. a 44 em que se vêm duas assinaturas em hebraico repetantes a dois emprazados judeus.

Este prazo é relativo a um emprazamento na judiaria de Braga. (Ano 1467).

COTA: Livro 1.º dos Prazos da Mitra.

33- Assento de baptismo do célebre médico e filósofo do séc. XVI, Francisco Sanches, na cidade de Braga, em 1551. Diz textualmente o assento: «Aos vinte e cinco dias do mês de Julho baptizei Francisco filho de António Sanches físico e de sua mulher Filipa de Sousa padrinho o comendador

António del Castilho e madrinha Maria Gonçalves mulher do licenciado Manuel Aranha moradores na Rua do Souto».

COTA: Livro misto 1 da Igreja de S. João do Souto (Braga).

- 34) – - Inquirição Régia de Entre Cávado e Minho realizadas em 26 de Abril de 1222, no tempo de D. Afonso II, no tocante aos três capítulos do julgado do Geraz do Lima. (Certidão passada a favor do procurador do concelho e julgado de Riba de Lima em 14 de Dezembro de 1436 e assinada por Fernão Lopes).
COTA: Sala do Arcaz.
- 35) – - Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae, cartulário escrito em letra francesa do séc. XIII, contendo a transcrição de 953 documentos dos quais o mais antigo data de 1017.
COTA: Gav. dos Cartulários.
- 36) – - Mapa das Ruas de Braga mandado executar pelo Cónego Francisco Pacheco Pereira, em 1750, a fim de marcar as casas foreiras ao Cabido. Existem os índices de harmonia com este mapa.
COTA: Secção do Cabido.
- 37) – - Tombo do Cabido. Séc. XIV — Data crítica [1369-1380].
COTA: Gav. dos Tombos.
- 38) – - Livro das Cadeias. Séc. XIV.
COTA: Gav. dos Cartulários.
- 39) – - Livro de Música Sacra do séc. XVII.
COTA: Col. dos Mss., n.º 969.
- 40) – - Livro de horas. Possui o calendário com letras a ouro.
COTA: Col. dos Mss., n.º 3.

Braga, Arquivo Distrital, 1 de Agosto de 1987.



PAULO ORÓSIO FINALMENTE TRADUZIDO

Temos finalmente a primeira tradução portuguesa da **História Contra os Pagãos**, de Paulo Orósio, presbítero bracarense do séc. V. Era uma grande lacuna que urgia preencher e que foi levada a cabo pelo Dr. José Cardoso que já tem nome firmado no mundo da cultura. Dele são conhecidas e apreciadas algumas traduções do latim e grego, especialmente a **Crónica** de Idácio de Chaves, o que lhe conferiu competente preparação e justa autoridade para ser incumbido, pela Universidade do Minho, para realizar a presente tradução no tempo em que estava destacado na Biblioteca Pública de Braga. Utilizou como base, a edição crítica alemã de C. Zange-meister, Hildesheim, 1967 e serviu-se também da edição erudita de N. Fabrício, Colónia, 1561. A obra completa-se por um valioso conjunto de índices tanto de matérias como alfabético (onomástico, toponomástico e etnomástico).

Orósio é um dos autores ibéricos mais notáveis do séc. V. Desconhecem-se as datas do seu nascimento e da sua morte. Quando por volta de 410-414 vai ter com S. Agostinho, no norte de África, este qualificou-o de jovem presbítero que podia ser seu filho pela idade. Assim o seu nascimento deve rondar pelos anos de 385-390. De 416-418, Paulo Orósio escreveu a sua obra de maior alcance que foi a **História contra os Pagãos**. A ideia de escrever esta história foi-lhe surgerida por S. Agostinho, como indica no prólogo, e tinha um fim apologético. Perante o descalabro do Império Romano, depois das invasões dos bárbaros, os povos interrogaram-se ansiosamente: que vai ser de nós e do mundo? Os pagãos atribuíram indevidamente esse descalabro ao cristianismo. É para dar uma resposta que Orósio vai compor o seu livro. Com uma cultura excepcionalmente ampla, recebida nas escolas bracaren-ses, e servindo-se dos melhores historiadores da antiguidade, dá-nos uma síntese bastante completa da história antiga. Não deixa contudo de ser original na concepção e nas grandes divisões que ele introduz no seu manual de história e correspondem a cada um

dos sete livros: desde o livro I, da criação do mundo à fundação de Roma, até ao livro VII, o mais longo, consagrado aos acontecimentos contemporâneos da era cristã. O sucesso de paulo orósio foi considerável. Era a primeira história universal publicada por um autor cristão e por isso vai constituir o manual que toda a Idade Média lê, cita e repete. São inumeráveis os manuscritos que a transcrevem e ainda restam algumas centenas desses manuscritos. Chegou a ser traduzido para anglo-saxónico e árabe e foi dos primeiros livros que a invenção da imprensa difundiu. Mas o seu livro não vale tanto pela história de que é sobretudo um manual, embora valioso, mas vale ainda e sobretudo pela filosofia em que ele apresenta esses factos históricos. A sua concepção da filosofia da história é providencialista e cristocêntrica e dominou toda a Idade Média e mesmo o Renascimento. Só com Hegel e Marx encontramos uma nova concepção de história, de base filosófica, assenta em novas perspectivas e diferentes pontos de vista.

Tal é o significado e a obra de Paulo Orósio, figura importante na história da nossa cultura e da nossa filosofia, na fase pré-nacional. Daí a importância desta tradução da sua **História Contra os Pagãos**, levada a cabo pelo Dr. José Cardoso e patrocinada pela Universidade do Minho. Esta obra é útil não só aos estudiosos da nossa cultura mas ainda é imprescindível aos alunos dos cursos superiores de cultura e história da filosofia em Portugal.



ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Este texto pretende fazer referência aos principais modelos de organização e administração de projectos de investigação e desenvolvimento que, nos últimos anos, têm vindo a enformar muitas das iniciativas de intervenção socioeducativa e de desenvolvimento comunitário, sobretudo no domínio da Educação de Adultos.

Privilegiando os métodos de investigação-acção como especialmente congruentes com este tipo de projectos e seus objectivos, apontam-se algumas linhas gerais para o seu desenvolvimento, considerando principalmente as funções de concepção, organização e administração, e a experiência que tem vindo a ser desenvolvida neste domínio pela Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho.

37

No âmbito das Ciências Sociais, e designadamente em muitos domínios das Ciências da Educação, com relevo para a Educação de Adultos, grande parte dos projectos de investigação evidencia actualmente características típicas de investigação aplicada e de compromisso entre objectivos de investigação propriamente ditos, e objectivos de intervenção social no sentido de procurar respostas para certos problemas concretos de alcance mais ou menos alargado. A designação **Investigação e Desenvolvimento**, especialmente difundida nas áreas das Ciências da Natureza e das Tecnologias faz

assim cada vez mais sentido também ao nível da intervenção socioeducativa. O próprio conceito de desenvolvimento, muito dependente de perspectivas economicistas e tecnocráticas, tem vindo progressivamente a ver substancialmente alargado o seu campo semântico, e a integrar novas dimensões e novas preocupações, com especial relevo para os aspectos qualitativos das mudanças, os elementos humanos, as acções dos grupos e das comunidades, a concepção, organização e administração dos projectos de forma socialmente participada, etc.

Um dos eventuais indicadores desta mudança de paradigma é o próprio esforço que a instituição universitária e os investigadores em geral vêm realizando no sentido de se adaptarem às novas exigências sociais, por forma a serem capazes de participar nas novas dinâmicas emergentes a este nível. Com maiores ou menores resistências, os investigadores procuram abrir-se socialmente, e as instituições académicas evidenciam progressivamente maior apetência e disponibilidade para os domínios de intervenção social para o que, é necessário reconhecê-lo, também têm contribuído os esforços recíprocos de cooperação escolas-comunidade, a celebração de protocolos de cooperação, e sobretudo os financiamentos disponíveis (nacional e internacionalmente) para a realização de projectos de investigação e desenvolvimento.

Mas mesmo neste domínio de investigação aplicada, muitos obstáculos se fazem ainda sentir — a falta de tradição, o peso burocrático das instituições, a administração centralizada do sistema de ensino, as exigências académicas sobretudo de progressão na carreira, e mesmo um certo paternalismo que a conhecida expressão «prestação de serviços à comunidade» pode por vezes revelar. Com efeito, neste novo quadro, o papel social do investigador é substancialmente alterado, colocando-o perante novas situações e novas regras cujo controlo absoluto escapa já às instituições académicas. O investigador passa a expôr-se mais fora do seu meio restrito que mais facilmente conhece e controla, é forçado a conquistar um novo tipo de reconhecimento que já não depende exclusivamente dos padrões, regras e comportamentos académicos tradicionais, e descobre frequentemente que os seus argumentos de autoridade não colhem os mesmos resultados quando usados entre os seus pares, e entre os seus novos parceiros e interlocutores externos à universidade. Em síntese, as regras do novo jogo são substancialmente diferentes das do jogo antigo, nas quais foi socializado e se tornou eventualmente um «bom jogador». Assim, terá agora de se submeter à aprendizagem de novas regras, como seja, as da negociação, as da prestação de contas, as da rentabilidade social, as de outras linguagens, as da participação social, etc. Terá,

em suma, de ser mais receptivo a argumentos, pontos de vista, formas de ser e de estar que podem ser substancialmente distintas daquelas que conhece, e de se situar numa perspectiva que admita sem equívocos, mais do que a prestação de serviços numa base meramente contratual, a reciprocidade na prestação de serviços (LIMA, 1985a).

É claro que esta aprendizagem também acontece do ponto de vista dos grupos sociais e das comunidades envolvidas, tratando-se assim de uma espécie de «aprendizagem colectiva» (CROZIER, FRIEDBERG, 1977).

Entre o extremo do paternalismo, baseado no ponto de vista de que o investigador é o detentor exclusivo das capacidades e dos conhecimentos indispensáveis à promoção do desenvolvimento, e o extremo do populismo, que algumas vezes é veiculado por certas abordagens que transferem todas as capacidades e qualidades para as populações, reduzindo o investigador a um mero «catalisador» desses atributos pré-existentes à sua acção, tem-se procurado estabelecer um equilíbrio de posições através da participação crítica dos diversos actores envolvidos, da prática da negociação e da gestão de conflitos.

Diversas correntes consubstanciam em graus variáveis as características atrás apontadas, assistindo-se hoje a uma certa confusão terminológica onde abundam designações como «investigação orientada», «investigação operacional», «investigação-acção», «investigação participativa», e outras. Não sendo aqui o lugar para intentar operar uma descrição e uma distinção de estas e de outras orientações, procuraremos tão-somente caracterizar em traços largos, a investigação participativa, por esta constituir hoje uma das orientações mais conhecidas e aplicadas no universo da Educação de Adultos.

A investigação participativa insere-se nos métodos de investigação-acção, designação que foi consagrada por Kurt Lewin nos finais da década de 30. Contudo, Lewin partia do modelo empírico-analítico, tradicional, «tentava combinar o método de investigação experimental clássica com um objectivo de mudança social particular» (LANDSHEERE, 1986:29). Ora esta orientação está hoje muito mais próxima da «investigação operacional» (predominantemente quantitativa e nomotética), ou mesmo da «investigação orientada» («problem-focused research») que se situa entre o pensamento teórico e a acção (DE BIE, 1973:12), do que das actuais modalidades de investigação-acção, designadamente da investigação participativa. É claro que todas se centram sobre determinadas problemáticas sociais, mas a investigação participativa procura predominantemente dar resposta às necessidades dos indivíduos e das

comunidades e por isso se tem afastado do paradigma inicial proposto por Kurt Lewin.

Em relação a este, mais do que ter passado a responder-lhe através de «críticas e rupturas» (ESTEVES, 1986:265), passou, no dizer de Fals Borda (1982) a qualificá-lo como um tipo conservador de investigação, de tal forma que parece hoje consensual que «A concepção actual de investigação-acção opõe-se nitidamente à concepção Lewiniana» (LANDSHEERE, 1986:30).

No domínio da Educação de Adultos, a investigação participativa tem constituído um desafio às instituições académicas e aos investigadores, já que «A potencialidade da pesquisa participante está precisamente no seu deslocamento proposital das universidades para o campo concreto da realidade. Este tipo de pesquisa modifica basicamente a estrutura académica clássica na medida em que reduz as diferenças entre o objecto e o sujeito de estudo. Ela induz os eruditos a descer das torres de marfim e a se sujeitarem ao juízo das comunidades em que vivem e trabalham, em vez de fazerem avaliações de doutores e catedráticos» (FALS BORDA, 1982:60).

Apesar do desafio, seria errado pensar que a investigação participativa se assume como uma orientação absolutamente externa às universidades e às grandes instituições internacionais para a investigação e o desenvolvimento. Apesar do processo ser lento, e até de se poder falar com propriedade no «Silêncio dos Manuais de Metodologia» a que tem sido sujeita (ESTEVES, 1986:251), recorde-se que ela tem vindo a ser progressivamente reconhecida a nível académico e social através de inúmeros mecanismos, como por exemplo — a consagração do termo «participatory action research» pelo X Congresso de Sociologia, México 1982; o relevo que lhe foi conferido na Assembleia Mundial de Educação de Adultos que teve lugar na Argentina em 1985 (ICAE, 1985); a promoção que dela têm feito prestigiadas instituições como a Unesco, o International Council for Adult Education com sede no Canadá, etc.

Mas, por outro lado, seria ingénuo pensar que a uma orientação com estas características também não se têm dirigido oposições, como por exemplo as do presidente da Associação Americana de Investigação em Educação que em discurso proferido em Abril de 1977 afirmava: «Fenómenos como a investigação acção [...] são o mais das vezes bizarros contrasensos, actos de seguidismo, **guruismo**, e não têm grande coisa a ver com o que deveria ser a investigação» (citado por LANDSHEERE, 1986:34).

Sobretudo a ideia de participação dos indivíduos, dos grupos e das comunidades no processo de investigação, continua a ser bastante polémica, de forma que os seus seguidores têm procurado

argumentos defensivos (geralmente ofensivos em relação aos modelos convencionais), como é o caso de Paulo Freire que, a propósito, escreve — «Dizer que a participação directa, a ingerência dos grupos populares no processo da pesquisa altera a «pureza» dos resultados implica na defesa da redução daqueles grupos a puros objectos de acção pesquisadora de que, em consequência, os únicos sujeitos são os pesquisadores profissionais. Na perspectiva libertadora em que me situo, pelo contrário, a pesquisa, como acto de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objecto a ser desvelado, a realidade concreta» (FREIRE, 1982:35).

Ora parece-nos ser exactamente a perspectiva libertadora, hoje universalmente assumida na Educação de Adultos, a chave principal para a compreensão do crédito que a investigação participativa vem granjeando.

Segundo o International Council for Adult Education (ICAE, 1977), as principais características da investigação participativa podem sintetizar-se em sete pontos «definidos de maneira demasiado absoluta», segundo Landsheere (1986:31):

- 1 — o problema tem origem, é definido, analisado e resolvido pela comunidade;
- 2 — o fim último da investigação é a transformação da realidade social e a melhoria das condições de vida;
- 3 — a investigação participativa envolve a participação activa da comunidade em todo o processo de investigação;
- 4 — a investigação participativa envolve todos os grupos desfavorecidos;
- 5 — a investigação participativa promove uma maior consciência dos problemas e dos recursos existentes nas comunidades;
- 6 — a investigação participativa é um método de investigação mais científico do que os métodos convencionais, pois a participação dos interessados promove uma análise mais rigorosa da realidade social;
- 7 — o investigador é sobretudo um participante comprometido na resolução dos problemas sociais.

41

E em relação à ideia de participação comunitária nos projectos de investigação e desenvolvimento, White (1982) inventaria dez argumentos a seu favor:

- 1 — consegue alcançar mais resultados;
- 2 — diminui os custos de prestação de serviços;

- 3 — acentua o valor intrínseco da participação;
- 4 — potencia novos esforços de desenvolvimento;
- 5 — promove um maior sentimento de responsabilidade;
- 6 — garante que uma necessidade sentida possa ser efectivamente considerada;
- 7 — assegura uma maior adequação;
- 8 — utiliza os conhecimentos e as experiências dos indivíduos e das comunidades;
- 9 — evita a dependência em relação aos profissionais;
- 10 — promove a consciencialização.

Apesar do carácter frequentemente hiperbólico dos atributos e das vantagens apontadas à investigação participativa, que talvez seja compreensível pelo facto de esta lutar por ser social e academicamente reconhecida, mas que é pouco congruente com os seus próprios pressupostos e que corre o risco de a vir a transformar numa panaceia programática, reconhecemos muitas das potencialidades que encerra, sobretudo no quadro de projectos de desenvolvimento comunitário em áreas desfavorecidas (geograficamente, culturalmente, economicamente, etc.) e no âmbito de variados campos de intervenção. A educação de adultos, a organização de actividades extra-escolares, a reorganização de escolas, a introdução de novos currículos, são alguns dos exemplos de campos de aplicação possíveis apontados por Werdelin (1979:41-54).

42

Neste quadro de orientação cremos que desde logo fica clara a emergência de problemas no domínio da concepção, organização e administração dos projectos, não só em relação à exigência de introdução de alterações congruentes com o seu estilo participativo, mas também em relação às novas capacidades que passarão a ser exigidas aos investigadores no domínio da administração participada desses projectos.

Actividades e Projectos de Intervenção Socioeducativa

Em Portugal, os últimos anos têm sido férteis quanto à implementação de actividades e projectos de intervenção socioeducativa no domínio da Educação de Adultos.

Sem a pretensão de uma caracterização exaustiva, podemos afirmar que são sobretudo de dois tipos os projectos existentes, para além dos projectos convencionais, geralmente de levantamento de recursos e de necessidades, estudos de caracterização, etc., que não só não são muito frequentes como, geralmente, evidenciam muitas dificuldades de passagem à acção.



Projecto de Investigação-Participativa — Viana

A redacção dos planos de projectos

Assim, as modalidades mais frequentes são: os projectos regionais integrados, por um lado, e as actividades e pequenos projectos comunitários promovidos por associações, grupos, etc., e geralmente ligados a instituições de financiamento e outras.

Uns e outros têm evidenciado preocupações metodológicas no domínio da participação, embora sejam mais raros aqueles que reivindicam, ou pelo menos assumem, as características de projectos de investigação participativa.

Os projectos regionais integrados foram consagrados no Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (PNAEBA, 1979) com a designação «Programas regionais integrados de desenvolvimento e animação cultural e de educação de adultos», com os principais objectivos de: «Actuar prioritariamente nas regiões mais desfavorecidas do ponto de vista dos níveis culturais e educacionais da população adulta...; implementar progressivamente esquemas integrados de educação básica de adultos e de desenvolvimento cultural...; constituir regional e progressivamente os alicerces de um moderno sistema de educação de adultos...» (PNAEBA, 1979:125-126).

O Relatório de actividades da DGEA (Ponto da Situação) — publicado 1980/1985, em 1986, refere expressamente os seguintes programas/projectos: Projecto de Formação e Desenvolvimento de Bragança; Projecto Regional Integrado do Distrito de Braga; Projecto Experimental de Lisboa (Bairros degradados); Projecto de Educação de Adultos para a Região Alentejo (DGEA, 1986:94-184). Embora sem referência a indicadores de avaliação, e sem esconder dificuldades de coordenação, a DGEA qualifica este tipo de intervenção «como efectivamente o mais adequado aos condicionalismos regionais e locais» e conclui que tais projectos «contribuíram decididamente para uma reflexão profunda e enri-

quecedora das perspectivas da Educação de Adultos em Portugal» (DGEA, 1979:96).

Uma das principais ideias de força nestes projectos é a ideia de que a acumulação de actividades dispersas e fragmentadas, eventualmente dirigidas pelos poderes centrais, deve dar lugar à organização de projectos integrados de desenvolvimento que, teoricamente, devem ser duplamente integrados. Não só devem promover um desenvolvimento integrado, inter-sectorial, coordenado, mas também devem ser geridos de forma integrada. Assim assumiriam características de articulação entre diferentes áreas, problemáticas, serviços, etc., assumiriam um carácter experimental e inovador e assegurariam a adequada participação de autarquias, associações, serviços, etc.

Sem prejuízo da sua avaliação, que desconhecemos, e dos resultados positivos que, admitimos, tenham já sido alcançados, pensamos que a grande dificuldade que se depara a este tipo de projectos se situa no domínio das estruturas organizacionais e administrativas que actualmente caracterizam a administração do nosso sistema de ensino. Não é pois um obstáculo próprio dos projectos mas um obstáculo de contexto que sem dúvida não deixará de os afectar. Em termos simples, a pergunta é a seguinte: como promover projectos integrados num contexto de administração centralizada e fragmentada? Em que grau é que é possível a integração? Com efeito, o paradigma dominante na administração pública portuguesa é contrário à ideia de integração, ideia que exigiria descentralização e regionalização, capacidade de decisão a nível regional e local, flexibilidade, capacidade de negociação a nível regional e local entre diferentes parceiros institucionais, etc. Ora a centralização, nas suas modalidades concentrada e desconcentrada, promove a uniformidade, a fragmentação, o normativismo e outros elementos incongruentes com a integração.

44

Em relação ao segundo grupo de projectos/actividades de intervenção socioeducativa, ele é mais difícil de caracterizar dada a sua diversidade e até o seu número. Com base na apresentação pública de muitos destes projectos em encontros e seminários, como por exemplo o 1.º Congresso Nacional de Educação de Adultos (Coimbra, 1985) e o recente Seminário Internacional sobre Educação de Adultos, Minorias e Zonas Desfavorecidas, promovido pela Escola Superior de Educação de Faro (Abril de 1987), podemos ter uma ideia geral da situação actual. Assim, abundam os projectos promovidos por associações, centros culturais regionais, autarquias e outras instituições locais. Trata-se, geralmente, de projectos que pretendem integrar as dimensões educativa, de



Projecto de Investigação-Participativa — Viana

Secção de avaliação dos projectos

desenvolvimento socioeconómico, de animação cultural, etc. Assentam, muitas vezes, no potencial das associações populares e localizam-se em geral em espaços geográficos limitados (freguesia, aldeia, concelho...). Aqui, os modelos participativos predominam, até porque a dimensão associativa favorece e exige os métodos activos e participados. A dimensão de investigação, pelo menos explícita e formalmente, só raramente é evidenciada, se bem que se adivinham pelo menos esforços de descoberta, de procura de novas soluções e de novos meios de intervenção.

Para além das faltas de apoio, outro obstáculo se faz sentir neste domínio. A tradição associativa de um certo imediatismo na acção que se consubstancia pela acumulação de muitas actividades dispersas, sem um fio condutor e sem objectivos comuns, mas que ainda é frequentemente sinal de dinamismo e vitalidade associativos. Cabe a estes projectos o desafio de mudar a situação, sensibilizar e formar os quadros associativos (dirigentes e animadores) e procurar uma certa unidade de acção para as actividades promovidas.

Menos frequentes são os projectos de tipo idêntico, mas onde a investigação-acção surge considerada. Conhecemos, pelo menos, o Projecto-Radial (Nordeste algarvio), o Projecto-Alfange (Santarém), o Projecto-Diagnóstico (Santarém), o Projecto-Alfama (Lisboa) e o Projecto-Viana (Viana do Castelo). Embora com características e objectivos variados, pode afirmar-se que têm em comum a

mesma orientação metodológica, a investigação regional e local em moldes participados, o estudo como ponto de partida para a acção e a intervenção social e educativa, e o carácter experimental. Quase todos envolvem investigadores e/ou instituições de ensino superior — a Escola Superior de Educação de Faro no caso do Projecto-Radial; o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa no caso do Projecto-Diagnóstico; o Instituto Superior de Psicologia Aplicada no caso do Projecto-Alfama; e a Universidade do Minho e de Linköping (Suécia) no caso do Projecto-Viana.

A título de exemplo, faremos uma breve referência ao Projecto de Investigação Participativa-Viana do Castelo, que é o que mais directamente conhecemos, por nele estarmos a participar.

O Projecto-Viana foi iniciado em 1983 envolvendo um pequeno grupo de associações cooperantes do Centro Cultural do Alto Minho, com a colaboração da Universidade do Minho e da Universidade de Linköping (Suécia) e o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e de outras instituições suecas (LIMA, 1985b).

A primeira fase caracterizou-se pela sensibilização e formação dos participantes nos métodos de investigação participativa, identificação de necessidades, métodos de trabalho em grupo, e desenho de projectos. Cada associação participante concebeu, organizou e implementou um pequeno projecto (alfabetização, educação musical, animação infantil, defesa do património, estudo de uma pequena comunidade rural, etc.). Os projectos foram acompanhados e avaliados por todos os participantes, havendo lugar à redacção e publicação de relatórios de avaliação (PROJECTO:..., 1985). A

46 segunda fase, iniciada em 1985, consistiu na preparação de um projecto comum a todas as associações participantes e na criação de uma rede interassociativa, o Núcleo Interassociativo para o Desenvolvimento. Tendo decidido realizar um projecto de sensibilização e educação alimentar («Saber comer/Saber viver»), o NID procedeu à recolha de dados quantitativos e qualitativos por forma a caracterizar a situação em cada uma das freguesias do concelho de Viana do Castelo «representadas» por cada associação participante. Os dados foram tratados, foi produzido um relatório e foi desenhado um projecto. A terceira fase consiste na implementação do projecto através de um conjunto coordenado de acções que pretendem sensibilizar as populações através da utilização de meios como a animação, os colóquios, a música popular, o teatro, as exposições, etc. Estas acções, previsivelmente concluídas em Julho de 1987, darão lugar à produção de relatórios de avaliação, e ao relatório final do projecto (1983-1988) a ser apresentado publicamente no primeiro semestre de 1988.

As principais características do Projecto-Viana podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- a) o projecto não corresponde a um plano pré-definido, vai sendo construído, embora assuma certos objectivos gerais desde o seu início;
- b) as decisões políticas, expressivas, cabem aos participantes;
- c) as decisões técnicas são tomadas após estudo orientado pelos monitores;
- d) as actividades desenvolvidas correspondem sempre a um plano, a objectivos determinados e a uma organização concreta;
- e) a avaliação é realizada continuamente, desde a forma como decorrem as reuniões do projecto, à participação dos intervenientes e aos resultados alcançados;
- f) todas as iniciativas do projecto são tornadas públicas e todas as personalidades que têm demonstrado interesse em participar e observar os trabalhos têm sido recebidas;
- g) a gestão financeira do projecto comum é realizada pelos participantes;
- h) todas as contribuições de cada associação, meios e instrumentos que constrói, são concebidos em grupo e partilhados/utilizados por todas as outras associações;
- i) várias sessões de trabalho e actividades são realizadas sem a presença dos monitores cuja intervenção vem decrescendo progressivamente;
- j) espera-se que o Núcleo Interassociativo criado no âmbito do projecto se mantenha e se desenvolva para além do termo final deste.

Concepção, Organização e Administração: linhas gerais para o desenvolvimento de projectos

Um projecto não é simplesmente o sinónimo de uma ideia, de uma aspiração ou de uma simples intenção a concretizar, ou não, no futuro. É verdade que estes elementos têm alguma importância e estão geralmente presentes em todos os projectos, mas um projecto exige mais do que isso. Exige, desde logo, a definição de objectivos e de metas a atingir, estudos preparatórios, tomada de decisões, selecção de métodos, formas, meios e recursos, calendarização, organização e gestão, avaliação, etc. (ERASMIE, 1983:40-

-42). Assim, um projecto é mais amplo, sistemático e organizado do que uma ideia ou conjunto de ideias, dando geralmente lugar a um documento de trabalho, a uma espécie de roteiro geral, onde se especificam aqueles e outros aspectos. Por isso um projecto não deve ser confundido com uma actividade, pois ele consiste quase sempre numa constelação organizada de actividades que são dirigidas para a realização de certos objectivos e para a obtenção de certos resultados.

Uma das principais fases de um projecto é a sua concepção. Trata-se, realmente, do desenvolvimento de uma ideia inicial, do acto de identificação de um problema ou de uma necessidade. É, porventura, uma das fases mais aliciantes e criativas, mas o projecto exigirá novos desenvolvimentos procurando respostas (que não têm forçosamente que ser definitivas) para diversas perguntas do tipo: porquê?, para quê?, quando?, onde?, como?, com quem?, para quem?, etc. É a fase do desenho do projecto, momento em que se decidem aspectos tão importantes como — quem participa?, quem coordena?, quem financia?, quem decide e como decide?, etc. Trata-se de considerar um conjunto de elementos indispensáveis à administração do projecto, ou seja, ao seu planeamento, à sua organização e coordenação, aos seus recursos humanos e materiais, ao financiamento, à informação e à avaliação (LIMA, 1986).

48

Quanto mais aberta, flexível e não burocrática for a forma de organização adoptada, mais facilmente se poderá garantir a participação de todos os intervenientes, a reavaliação de estratégias, a adaptação dos objectivos. E se estas dimensões são importantes em qualquer projecto, são-no mais no caso dos projectos de investigação participativa, onde a incerteza e a imprevisibilidade são, por natureza, muito maiores.

Desde logo fica clara a necessidade de formação dos monitores/coordenadores dos projectos na área da organização e da administração, formação que, sobretudo nos projectos de investigação participativa, não pode deixar de ser alargada a todos os participantes, pois todos e cada um terão de ser responsáveis por certas áreas específicas. Cremos que muitos fracassos podem, pelo menos parcialmente, ser atribuídos à insuficiente ou mesmo à não consideração dos aspectos organizativos e das funções administrativas que qualquer projecto engloba. Não se trata de formalizar ou de burocratizar o processo, mas sim de considerar que a complexidade de um projecto é incompatível com processos de organização, de direcção e de gestão incipientes. E na maior parte dos projectos de intervenção socioeducativa não é necessária a presença de um gestor profissional que, no caso da investigação participativa seria mesmo paradoxal, mas sim a necessária sensibilidade e bom senso

para reconhecer que é preciso não descuidar esta área que está longe de ser meramente instrumental.

Assim, na fase de concepção de um projecto devem desde logo prever-se as formas de organização e de execução das variadas funções administrativas, e por isso defendemos que o desenho do projecto as considere adequadamente. Defendemos ainda que o desenho de projectos tome a forma de um plano escrito, pois isso contribuirá para: um maior esforço de reflexão e de discussão por parte dos promotores; um instrumento que servirá para guiar a acção; um bom suporte para posteriores pedidos de financiamento e de colaboração; um documento que ficará registado e que, no futuro, poderá vir a ser retomado, alterado, etc.; uma boa forma de conduzir a avaliação, através de um processo de confronto entre os resultados obtidos e os resultados que anteriormente se tinham previsto obter.

A redacção de um plano de projecto não constitui uma tarefa tão sofisticada e exigente que só os especialistas tenham capacidade de realizar. A nossa experiência tem demonstrado que, com base na apresentação e discussão de um guião geral para a sua redacção, a motivação dos participantes é suficiente para ultrapassar aquilo que é muitas vezes considerado um obstáculo e que por isso muitas vezes não chega a ser realizado.

Apresentamos, de forma sintética, as principais linhas gerais de um guião para o desenvolvimento de projectos. Trata-se tão-somente de uma alternativa possível, baseada numa proposta inicialmente apresentada pelo nosso colega Thord Erasmie, da Universidade de Linkoping, como documento de trabalho para o Projecto-Viana, e que após alteração e adaptação tem vindo a ser por nós utilizada. É uma sugestão, certamente incompleta e a requerer adaptação conforme o carácter dos projectos. Em todo o caso não deverá vir a ser perspectivada como fórmula ou receituário para a resolução dos problemas de cada um.

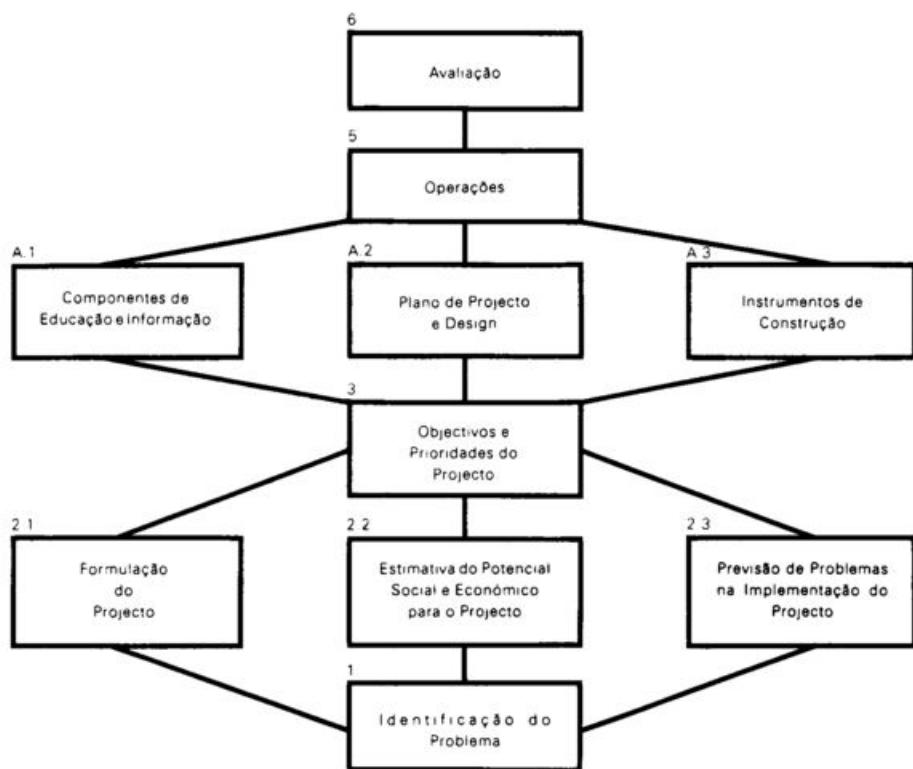


Fig. 1 — Síntese das principais fases e componentes a considerar no desenho de um projecto.

50

1. Identificação do Problema

Através de:

- observação directa
- entrevistas
- questionários
- oficinas
- (...)

2. Formulação Inicial do Projecto

2.1 Formulação Geral do Projecto

- Fase inicial de concepção global ainda sem detalhes

2.2 Estimativa do Potencial Social e Econ

- RECURSOS HUMANOS:
 - líderes formais
 - líderes informais
 - investigadores
 - colaboradores
 - associações
 - (...)
- RECURSOS ECONÓMICOS:
 - autoridades
 - instituições locais
 - organizações
 - fundações
 - outras fontes de financiamento
- OUTRAS COMPONENTES A CONSIDERAR:
 - migração e mobilidade
 - estrutura familiar
 - factores religiosos ou étnicos
 - nível de desenvolvimento industrial
 - nível de instrução
 - (...)

2.3 Previsão de Problemas na Implementação

Exemplos:

- falta de recursos financeiros
- fraca participação nas reuniões
- resistências locais
- falta de receptividade por parte da comunidade
- falta de informação
- impaciência por falta de resultados
- (...)

QUAIS AS PRINCIPAIS ATITUDES, COMPORTAMENTOS E PROBLEMAS PREVISÍVEIS?

3. Objectivos e Prioridades do Projecto

- objectivos gerais e específicos
- resultados que se pretendem alcançar
- apoios da comunidade
- relações com outros projectos

- necessidades da comunidade
- informação à comunidade
- (...)

Técnicas possíveis de utilização para a selecção de objectivos e prioridades: discussão de grupo, oficinas, simulações, técnica de Delfos, etc.

4. Preparação do Plano do Projecto

4.1 Componentes de Educação, Informação e Sensibilização para o Projecto

- contactos individuais
- actividades de grupo
- exibição de filmes, diaporamas, etc.
- meios de comunicação populares
- rádio e jornais locais
- boletins
- exposições
- cartazes
- (...)

4.2 Plano do Projecto e Design

- programa de introdução
- extensão geográfica
- organização
- financiamento
- coordenação
- atribuição de responsabilidades
- resultados previstos
- calendário
- avaliação

52

Estes e outros elementos constarão, de forma organizada, no Plano de Projecto que poderá ser redigido através da seguinte sugestão:

1. Título
2. Antecedentes
3. Estudos preparatórios
4. Objectivos
5. Métodos
6. Meios

7. Pessoas envolvidas
8. Organizações e grupos envolvidos
9. Efeitos previstos
10. Organização do Projecto
11. Orçamento
12. Calendário
13. Formas de avaliação
14. Publicação e disseminação de resultados

4.3 Instrumentos de Construção

Concepção e organização de instrumentos para recolha de dados, estudos de descrição, avaliação, etc.

- questionários
- entrevistas
- observações
- documentos
- (...)

A construção destes instrumentos deve corresponder aos objectivos do projecto e atender às capacidades e aos meios disponíveis para o seu posterior tratamento.

5. Operações

Acções e actividades do projecto propriamente ditas, de acordo com o plano estabelecido.

O plano deve ser respeitado, contudo, problemas inesperados podem obrigar a uma mudança de estratégia.

Trata-se da fase nuclear do projecto, para a qual todas as fases e componentes anteriores deverão ter contribuído.

Por isso é indispensável não confundir as acções e actividades do projecto, com o Projecto globalmente, o qual é mais vasto e compreende outras fases e componentes.

53

6. Avaliação

(Contínua/Periódica/Final)

- 1) Avaliação do programa — organização, planeamento, etc.
- 2) Avaliação dos resultados e efeitos obtidos (benefícios para a comunidade)
- 3) Avaliação da participação dos membros do projecto.
- 4) Redacção do relatório final de avaliação e sua publicação.

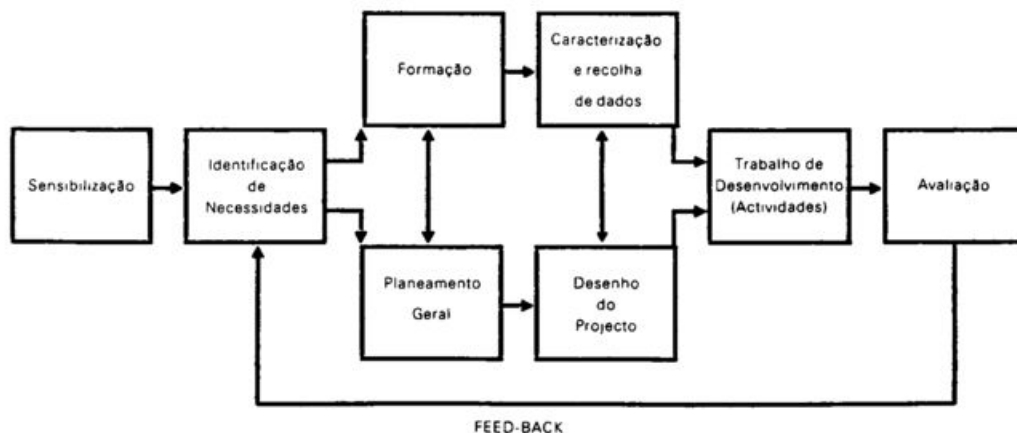


Fig. 2 — Representação gráfica de um possível projecto de investigação e desenvolvimento.

(Extraído de LIMA (1986). *Associações Para o Desenvolvimento no Alto Minho*, p. 79).

Referências Bibliográficas

APCEP (1986). Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente. **1.º Congresso Nacional de Educação de Adultos**, Coimbra (Universidade de Coimbra, 18, 19, 20 de Novembro de 1985).

54

CROZIER, Michel, FRIEDBERG, Erhard (1977). **L'Acteur et le Système**. Éditions du Seuil, Paris.

DE BIE, Pierre (1973). **A Investigação Orientada**. Livraria Bertrand, Lisboa [trad. port.].

DGEA (1986). **A Educação de Adultos, 1980/1985**. Direcção-Geral de Educação de Adultos, Ministério da Educação e Cultura, Lisboa.

ERASMIE, Thord (1983). **Introdução ao Trabalho de Investigação e Desenvolvimento em Educação de Adultos**. Universidade do Minho, Braga.

ESTEVES, António Joaquim (1986). «A Investigação-Acção», in SANTOS SILVA, Augusto, MADUREIRA PINTO, José, **Metodologia das Ciências Sociais**. Edições Afrontamento, Porto, pp. 251-278.

FALS BORDA, Orlando (1982). «Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular», in BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **Pesquisa Participante**. Editora Brasiliense, S. Paulo, 42-62.

FREIRE, Paulo (1982). «Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da acção», in BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **Pesquisa Participante**. Editora Brasiliense, S. Paulo, pp. 34-41.

ICAE (1977). International Council for Adult Education. **Participatory Research Project**, Toronto.

ICAE (1986). International Council for Adult Education. **Hands of Knowledge. Adult Education, Development and Peace** (Report of the World Assembly of Adult Education, Buenos Aires, Argentina), Toronto.

LANDSHEERE, G. (1986). **A Investigação Experimental em Pedagogia**. Publicações Dom Quixote, Lisboa, [trad. port.].

LIMA, Licínio C. (1985a). «Investigação Participativa e Desenvolvimento Comunitário. Da Reciprocidade na Prestação de Serviços». Comunicação apresentada na I Conferência Nacional do Ensino Superior, Universidade de Coimbra.

LIMA, Licínio C. (1985b). «Projectos de Investigação e Desenvolvimento Socio-Cultural. Um modelo participativo não tradicional», in **Mealibra**, 3/4, pp. 13-21.

LIMA, Licínio C. (1986). **Associações para o Desenvolvimento no Alto Minho**. Centro Cultural do Alto Minho, Viana do Castelo.

PNAEBA (1979). **Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos**. Relatório Síntese, Ministério da Educação, Lisboa.

PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO PARTICIPATIVA — Viana do Castelo (1985). Relatórios Produzidos pelas Associações Participantes; Fase I (1983-1985). U.E.A., Universidade do Minho, Braga.

WERDELIN, Ingvar (1979). **Participatory Research in Education**. Linköping University, Linköping.

WHI, Alastair T. (1982). «Why Community Participation. A discussion of the arguments», in **Assignment Children**, 59/60, (2), 1982 (UNICEF), pp. 17-34.



IMPrensa PERIÓDICA MINHOTA

Subsídios para uma bibliografia

NOTA EXPLICATIVA

Ao publicarmos a presente bibliografia não pretendemos apresentar uma recolha exaustiva de tudo o que se tem escrito sobre a imprensa periódica dos distritos de Braga e Viana, mas tão só proporcionar um primeiro instrumento de trabalho a quem se propuser estudar a imprensa periódica minhota. De facto, a importância que a imprensa tem assumido para os estudos históricos parece-nos justificar a divulgação de trabalhos que a procurem sistematizar, por mais modestos que sejam.

Incluimos na nossa recolha não só obras de maior alcance, algumas ainda no prelo, mas também pequenos contributos que por vezes se encontram perdidos em breves capítulos de monografias e neste ou naquele periódico.

Numa primeira parte damos uma apanhado da bibliografia essencial para o estudo da imprensa periódica em geral mas que necessariamente inclui referências à imprensa dos distritos de que nos ocupamos. A ordenação neste capítulo é a cronológica, dentro de cada tema, de modo a dar uma visão mais imediata da evolução no tempo dos trabalhos citados. O destaque dado à imprensa operária decorre simplesmente do facto de este ser um tema que tem sido alvo de estudo mais profundo.

Na segunda parte reunimos o que se tem escrito sobre a imprensa periódica dos distritos de Braga e Viana e respectivos concelhos, por ordem alfabética de autores.

Com este trabalho esperamos contribuir para um estudo mais facilitado da imprensa periódica minhota, deixando aberto o caminho para obras de mais vasto alcance.

I OBRAS DE CARÁCTER GERAL

HISTÓRIA DA IMPRENSA

- 1 BESSA, Alberto — **O jornalismo: esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias ampliado com a resenha chronologica e alphabetica do jornalismo no Brasil.** Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1904.
- 2 MARTINS, Rocha — **Pequena história da imprensa portuguesa.** Lisboa, Inquérito, 1941.
- 3 CUNHA, Alfredo da — **Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa: 1641-1821.** «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras», Lisboa, 4, 1941, p. VII-XXV; 27-324. Sep.
- 4 TENGARRINHA, José — **História da imprensa periódica portuguesa.** Lisboa, Portugália, 1965.
Inclui extensa bibliografia, p. 317-336.

IMPRENSA OPERÁRIA

- 58
- 5 **Almanaque Socialista.** Lisboa, 1931.
Editado em 1930, dedica algumas páginas à imprensa operária e socialista, com referência a 84 títulos.
 - 6 NOGUEIRA, César — **Investigando o passado: a imprensa social e operária.** «Pensamento», Porto, 5 (59) Fev. 1935, p. 24-25; 5 (60) Mar. 1935, p. 40-41; 6 (61) Abr. 1935, p. 56-57; 6 (62) Maio 1935, p. 72-73; 6 (63) Jun. 1935, p. 88-89.
Refere 243 títulos por ordem cronológica abrangendo o período de 1850 a 1934.
 - 7 OLIVEIRA, César — **Imprensa operária no Portugal oitocentista de 1825 a 1905.** «Análise Social», Lisboa, 2.^a série, 10 (39) 1973, p. 552-577 il.
Este artigo constitui o cap. I da obra do mesmo autor: **A revolução russa na imprensa portuguesa da época.** Lisboa, Diabril, 1976, p. 9-63.
Refere 105 títulos por ordem cronológica, de 1850 a 1900.

- 8 RODRIGUES, Edgar — **O despertar operário em Portugal: 1834-1911**. Lisboa, Sementeira, 1980.
Refere 375 títulos entre 1834 e 1911, por localidades.
- 9 FONSECA, Carlos da — **História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal, vol. 1 — Cronologia**. Mem Martins, Europa-América, 1980.
Refere 800 títulos de publicações periódicas entre 1800 e 1973, por ordem cronológica, sendo cerca de metade operários ou afins.
- 10 MÓNICA, Maria Filomena; MATOS, Luís Salgado de — **Inventário da imprensa operária portuguesa: 1834-1934**. «Análise Social», Lisboa, 2.ª série, 17 (67/69) Jul.-Dez. 1981, p. 1013-1078.
Refere 1.016 títulos por ordem alfabética.
Ver correcções e informações complementares em: «Boletim de Estudos Operários», Lisboa, 2, Dez. 1982, p. 44-47; 3, Maio 1983, p. 51-52.
- 11 SÁ, Vitor de — **Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa**. «Análise Social», Lisboa, 2.ª série, 17 (67/69) Jul.-Dez. 1981, p. 839-860.
Referência ao levantamento da imprensa operária iniciado pelo autor em 1980 num total de mais de um milhar de títulos que são apresentados sob três pontos de vista diversos: predominância vocabular, representações sócioprofissionais e distribuição geográfica.
- 12 SÁ, Vitor de — **Notícia sobre a imprensa operária portuguesa**. «Revista de História», Porto, 5, 1983-1984, p. 143-157, Sep.
Considerações sobre o âmbito e características do trabalho que o autor tem no prelo com o título Roteiro da imprensa operária e sindical.
- 13 SÁ, Vitor de — **Roteiro da imprensa operária e sindical**. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. No prelo.
Recolha que ultrapassa os 2.000 títulos pretendendo consubstanciar todas as contribuições até hoje publicadas sobre a imprensa operária portuguesa e achegas colhidas de outras fontes dispersas.

OBRAS DE REFERÊNCIA

Dicionários e enciclopédias

- 14 SILVA, Inocêncio Francisco da — **Diccionario bibliographico portuguez**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923, 22 v.
Continuado e ampliado por Brito Aranha, contém ao longo dos 22 volumes a descrição de numerosos periódicos. De destacar no vol. 17, p. 249-288, o capítulo intitulado: Periódicos: movimento jornalístico em Portugal.

- 15 PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme — **Portugal: dicionário histórico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico**. Lisboa, João Romano Torres, 1904-1915, 7 v.
Referências à imprensa pelos nomes das localidades.
- 16 FONSECA, Martinho da — **Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1927 (2.^a ed., facsimilada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1972).
- 17 **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**. Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1935-1960, 40 v.
Referências à imprensa pelos nomes das localidades ou títulos dos periódicos.
- 18 SOARES, Ernesto — **Dicionário bibliográfico português: estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil: guia bibliográfica**. Suplemento ao Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. 23, Coimbra, 1958 (2.^a ed., facsimilada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1972).
Permite uma consulta mais fácil do Dicionário de Inocêncio e Aditamentos de Martinho da Fonseca.

Anuários

60

- 19 **Anuário Católico de Portugal**.
Em cada diocese ou arquidiocese refere a respectiva imprensa católica.
- 20 **Anuário Comercial de Portugal**.
Regista as publicações periódicas portuguesas em cada concelho, sob a rubrica Jornais.
- 21 **Anuário Geral de Portugal**.
No ano de 1977 (p. 289-297) e 1978, 2.^o vol. (p. 517-533) inclui um capítulo intitulado: Imprensa periódica.
- 22 **Anuário Português da Publicidade**.
No vol. 1 (1974) (p. 98-134), na secção Meios/Imprensa, dá uma lista dos jornais e revistas em publicação.

Repertórios e listas

- 23 ARANHA, Brito — **Rapport de la section portugaise: ler Congrès Internationale de la Presse (1894 —Anvers)**. Lisbonne,

Imprimerie Universelle, 1894.

Lista dos periódicos continentais por distritos, das ilhas, das colónias e dos jornais portugueses no estrangeiro.

- 24 PEREIRA, Augusto Xavier da Silva — **O jornalismo português: resenha chronologica**. Lisboa, Typographia Soares, 1895.
Listagem cronológica dos jornais portugueses de 1625 a 1889.
- 25 PEREIRA, Augusto Xavier da Silva — **Os jornaes portugueses: sua filiação e metamorphoses**. Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1897.
Listagem alfabética dos jornais portugueses de 1625 a 1889.
- 26 **Boletim de Bibliografia Portuguesa**. Lisboa, 1935.
Edição da Biblioteca Nacional, a partir de 1981 cinde-se em duas partes uma dedicada apenas a Monografias e outra às Publicações em Série. O último ano publicado data de 1982.
- 27 PORTUGAL. Secretaria de Estado da Comunicação Social. Direcção-Geral da Informação. Repartição dos Registos da Imprensa — **Relação de publicações periódicas inscritas nesta repartição**. Lisboa, D.G.I., [1976?].
Listagem organizada por distritos, regista os títulos, periodicidade, directores e moradas.
- 28 BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA — **Repertório das publicações periódicas portuguesas: 1961, incluindo o suplemento referente ao ano de 1962**. Lisboa, B.N., 1964.
Publicaram-se pelo menos mais dois suplementos relativos um a 1963 e outro a 1964.
- 29 BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA — **Publicações periódicas portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: 1641-1910**. Coimbra, B.G.U.C., 1983.
Organizado por ordem alfabética dos títulos, inclui índice geográfico e de autores.
- 30 **Principais órgãos da imprensa portuguesa**. «Comunidades de Língua Portuguesa», São Paulo, 1.º Sem. 1983, p. 69-83.
Lista dos principais jornais, revistas e boletins de língua portuguesa editados nos cinco continentes, incluindo uma relação da imprensa portuguesa na imigração.
- 31 **Boletim Informativo. Delegação no Porto da Direcção-Geral da Comunicação Social**. Porto, 1983.
No vol. 1, n.º 3 (Ago. 1983) p. 4-22 e vol. 2, n.º 3 (Set. 1984) p. 31-66, sob

o título **Registo de imprensa [dos cinco distritos do norte]** dá uma relação dos jornais publicados nos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real. No vol. 1, n.º 4 (Nov. 1983) p. 18-22 e vol. 2, n.º 3 (Set. 1984) p. 31-66, sob o título **Lista dos jornais de imprensa regional**, dá uma relação da imprensa daqueles cinco distritos, com direito a subsídio de papel.

31OCHA, Clara — **Revistas literárias do século XX em Portugal**. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

31IRES, DANIEL — **Dicionário das revistas literárias portuguesas do século XX**. Lisboa, Contexto, 1986.

BIBLIOGRAFIAS

31OUREIRO, Pinto — **Elementos para uma bibliografia jornalística portuguesa**. «Arquivo Coimbrão», Coimbra, 2, 1930-1931, p. 105-120.

31ARQUES, A. H. de Oliveira — **Guia de história da 1.^a República Portuguesa**. Lisboa, Editorial Estampa, 1981.

Guia bibliográfico de que destacamos p. 23 e 441 bibliografia sobre a imprensa periódica portuguesa.

31LVES, Luís Alberto Marques — **Subsídios para a história da imprensa em Portugal**. Porto, SEC-Centro de Estudos Humanísticos, 1983.

Recolha da legislação sobre a liberdade de imprensa e bibliografia sobre a imprensa em Portugal.

62

II DISTRITOS DE BRAGA E VIANA DO CASTELO

DISTRITO DE BRAGA

31LVES, Aníbal — **Para o estudo dos jornais do distrito de Braga**, in COMUNICAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Porto, 1981 — Comunicação social e desenvolvimento regional: Seminário de Extensão Universitária. Maia, Castoliva, 1984, p. 159-168.

Estudo sobre a imprensa do distrito de Braga do ponto de vista das

estruturas de produção e funcionamento dos jornais e breve interrogação sobre os seus conteúdos.

- 38 ALVES, Aníbal — **Presse regionale et émigration: analyse sémiotique du discours sur les émigrants dans les journaux de Braga**. Louvain-La-Neuve, Université Catholique de Louvain, 1983.
Inclui lista alfabética dos jornais e outras publicações periódicas do distrito de Braga e listas por concelhos.
- 39 **Anuário. Arquidiocese de Braga.**
Publicou-se apenas um número relativo a 1980 que inclui uma lista dos periódicos de cada concelho da arquidiocese de Braga no capítulo: Imprensa Católica, p. 105-107.
- 40 ARAÚJO, Domingos da Silva — **Há na arquidiocese de Braga 198 publicações periódicas**. «Diário do Minho», Braga, 19 Nov. 1981, p. 7, 10. Também publicado in COMUNICAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Porto, 1981 — Comunicação social e desenvolvimento regional: Seminário de Extensão Universitária, Maia, Castoliva, 1984, p. 169-174.
Refere a relação entre o jornal e a comunidade e tece considerações sobre a imprensa regional. Termina referindo o número de publicações existentes em cada arceprelado da arquidiocese de Braga.
- 41 ARAÚJO, Domingos da Silva — **Publicações periódicas existentes no âmbito da arquidiocese de Braga**. «Diário do Minho», Braga, 10 Dez. 1981, p. 7, 10.
Lista dos periódicos existentes na arquidiocese de Braga distribuídos pelos arceprelados.
- 42 ARAÚJO, Domingos da Silva — **Publicações periódicas na arquidiocese de Braga**. «Diário do Minho», Braga, 8 Maio 1980, p. 7, 10.
Listagem alfabética das publicações periódicas existentes na arquidiocese de Braga.
- 43 OLIVEIRA, A. Lopes de — **Imprensa bracarense**. Braga, Pax, 1976.
Vasto repositório da imprensa periódica do distrito de Braga.
- 44 VIEIRA, José Augusto — **O Minho pittoresco**. Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1886-1887, 2 v.
No fim de cada concelho refere os títulos dos respectivos jornais.

Barcelos

- 45 \LMEIDA, Francisco de — **Alguns jornalistas de Barcelos.** «A Voz do Minho», Barcelos, 31 Dez. 1977, p. 1, 4.

Referência a jornalistas barcelenses e aos jornais por eles dirigidos.

- 46 \LMEIDA, Francisco de — **Coisas de longe e perto.** «A Voz do Minho», Barcelos, 5 Maio 1973, p. 1.

Lista dos jornais publicados em Barcelos até 1889.

- 47 \LMEIDA, Francisco de — **No centenário do jornal barcelense A Folha da Manhã.** «Jornal de Barcelos», Barcelos, 12 Out. 1978, p. 1, 4.

Breves considerações sobre a vida do jornal «A Folha da Manhã», fundado em Barcelos em 1878, vultos a ele ligados e referência a jornais seus contemporâneos.

- 48 }ASTO, Carlos — **Temas barcelenses: imprensa.** «Jornal de Barcelos», Barcelos, 4 Fev. 1982, p. 4; 11 Fev. 1982, p. 4; 18 Fev. 1982, p. 4; 25 Fev. 1982, p. 4; 4 Mar. 1982, p. 4; 18 Mar. 1982, p. 4; 1 Abr. 1982, p. 4; 15 Abr. 1982, p. 4; 22 Abr. 1982, p. 4; 6 Maio 1982, p. 4; 30 Dez. 1982, p. 4; 13 Jan. 1983, p. 4; 20 Jan. 1983, p. 4; 27 Jan. 1983, p. 4; 3 Fev. 1983, p. 4; 10 Fev. 1983, p. 4; 17 Fev. 1983, p. 4; 3 Mar. 1983, p. 4; 21 Abr. 1983, p. 4.

Estudos sobre os jornais de Barcelos.

64

- 49 }ACHADA, Armindo de Sá — **A imprensa comemorativa do 31 de Janeiro: jornal manuscrito em Barcelos.** «Correio do Minho», Braga, 12 Fev. 1983, p. 4.

Entre outros jornais evocativos do 31 de Janeiro refere o «31 de Janeiro», jornal republicano, manuscrito, publicado em Barcelos a 14 de Fevereiro de 1892.

- 50 }ACHADA, Armindo de Sá — **Um século de jornalismo em Barcelos: lutas republicanas favorecem a proliferação de periódicos.** «O Primeiro de Janeiro», Porto, 16 Abr. 1981, p. 9.

Relação dos periódicos barcelenses até 1979.

- 51 }ACHADO, Falcão — **Aziúmes dum homem de mau humor.** «A Voz do Minho», Barcelos, 23 Set. 1978, p. 1, 4.

A propósito da comemoração do 12.º aniversário de «A Voz do Minho», apresenta uma lista dos jornais de Barcelos de 1853 a 1966.

- 52 MIRANDA, João — **Inquérito à vida dos jornais de Barcelos.**
Dossiê dactilografado em fichas acompanhadas da fotografia do n.º 1 dos respectivos periódicos, existente na Biblioteca Pública Municipal de Barcelos.
- 53 OLIVEIRA, A. Lopes de — **Jornais e jornalistas barcelenses.**
«Correio do Minho», Braga, 21 Jun. 1981, p. 3.
Inclui uma lista dos periódicos barcelenses desde 1853.
- 54 PAIS, A. — **Coisas velhas.** «Barcelos-Revista», Barcelos, 1 (5) Abr. 1909, p. 3-4; 1 (6) Maio 1909, p. 4; 1 (7) Maio 1909, p. 4-5; 1 (8/9) Jun. 1909, p. 9-10; 1 (13) Ago. 1909, p. 2-3; 1 (14) Set. 1909, p. 3-4; 1 (15) Set. 1909, p. 5-6; 1 (17) Out. 1909, p. 4-6; 1 (19) Nov. 1909, p. 2; 2 (1) Mar. 1910, p. 11-12.
Retrospectiva da imprensa barcelense, que o abade António Fernando Pais de Vilas-Boas, assinando A. Paes, terá elaborado com base numa lista dos jornais de Barcelos que lhe terá sido cedida por volta de 1907. Da autoria de António Ferraz, essa lista incluía os títulos dos jornais e datas de impressão e suspensão de cada um.
- 55 PORTELA, Raul Veloso — **Um caso ímpar: «Barcelos-Revista».**
«Jornal de Barcelos», Barcelos, 10 Jan. 1974, p. 6.
Vida da «Barcelos-Revista», fundada em Barcelos em 1909.
- 56 PORTELA, Raul Veloso — **Há mais de cem anos nasceu em Barcelos o primeiro jornal.** «Jornal de Barcelos», Barcelos, 7 Jun. 1973, p. 1, 3.
Breve artigo sobre «O Barqueiro do Cávado», primeiro jornal barcelense, fundado em 1853.
- 57 PORTELA, Raul Veloso — **Para a história da imprensa barcelense: o Jornal de Barcelos na década de cinquenta.** «Jornal de Barcelos», Barcelos, 4 Mar. 1982, p. 1, 3.
Breve artigo sobre o «Jornal de Barcelos», fundado em 1950.
- 58 RODRIGUES, A. — **Retrospectiva histórica da imprensa barcelense.** «Barcelos Popular», Barcelos, 31 Ago. 1978, p. 5; 14 Set. 1978, p. 4; 28 Set. 1978, p. 4; 12 Out. 1978, p. 4.
Listagem cronológica dos jornais de Barcelos desde 1853, seu conteúdo e factores que contribuíram para a sua génese.
- 59 SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — **O «Barcelos-Revista» (1909-12): arauto do progresso.** «Barcelos-Revista», Barcelos, 1 (1) 1982, p. 5-56. Sep.
Análise do conteúdo de «Barcelos-Revista» publicada em Barcelos de 1909 a 1912. Inclui bibliografia.

6GILVA, Armando Barreiros Malheiro da — **De uma «Carta aberta» ao «Barcellos-Revista»**. «Barcellos-Revista», Barcelos, 1 (2) 1984, p. 25-66. Sep.

Sobre o «Despertar», fundado em Barcelos em 1909.

6ILVA, Cardoso e — **Acolhimento descabido**. «O Barcelense», Barcelos, 7 Fev. 1953, p. 2.

Refere o aparecimento de «Ecos da Franqueira» em 4 Set. 1932, sua interrupção em 27 Ago. 1933, e a sua substituição por «A Franqueira» em 15 Abr. 1945, que se propõe substituir «O Barcelense» face à suspensão deste.

6ILVA, Cardoso e — **A vida dos jornaes barcelenses**. «O Barcelense», Barcelos, 6 Set. 1952, p. 2; 13 Set. 1952, p. 2; 20 Set. 1952, p. 2; 11 Out. 1952, p. 2; 25 Out. 1952, p. 1; 1 Nov. 1952, p. 2; 8 Nov. 1952, p. 2; 21 Fev. 1953, p. 2.

Listagem cronológica dos jornais de Barcelos.

Braga

6RAÚJO, Domingos da Silva — **Diário do Minho**. Pamplona, 1969. (Tese dactilografada).

História do «Diário do Minho» desde que surge em Braga em 1919.

6ESSA, Alberto — **O jornalismo em Braga: subsídios para a sua história**. «Correio do Minho», Braga, 27 Out. 1933, p. 1; 28 Out. 1933, p. 1; 29 Out. 1933, p. 1; 31 Out. 1933, p. 1.

66

Lista alfabética dos periódicos bracarenses até 1894.

6CARNEIRO, Álvaro — **Para a história do jornalismo em Braga: Domingos Carneiro de Sá**. «Bracara Augusta», Braga, 25/26 (59/62) 1971-72, p. 365-371. Sep.

Nota biográfica de Domingos Carneiro de Sá com referência aos jornais em que colaborou.

6OELHO, Constantino Ribeiro — **Para a história do jornalismo em Braga**. «Bracara Augusta», Braga, 23 (55) Jan.-Jun. 1969, p. 70-100. Sep.

Vida do jornal «Echos do Minho» desde a sua fundação em Braga em 1911.

6ARIA, Jorge de — **Migalhas bracarenses, 1: Uma trégua nas banalidades teatrais. O primeiro centenário do jornalismo bracarense. O primeiro jornal: o «Boletim do Exército Libertador». Outros boletins...** «Correio do Minho», Braga, 9 Out.

1938, p. 1, 3.

Referência aos primeiros jornais de Braga de 1837 a 1847.

- 68 FARIA, Jorge de — **Migalhas bracarenses, 2: O primeiro jornal de informação: «Moderado»... Os doze anos do «Bracarense»...** «Correio do Minho», Braga, 6 Nov. 1938, p. 1.
Referência a jornais de Braga de 1853 a 1855.
- 69 FARIA, Jorge de — **Migalhas bracarenses, 3: Vinte anos de jornalismo bracarense: de 1856 a 1875. A longa vida do «Comércio do Minho». Como o «Espreitador» refere a exumação de D. Fr. Caetano Brandão. Outros jornais...** «Correio do Minho», Braga, 10 Nov. 1938, p. 1.
Lista alfabética de jornais de Braga de 1856 a 1875 e referência a outros jornais bracarenses até 1877.
- 70 FARIA, Jorge de — **Migalhas bracarenses, 4: De 1877 a 1886... O «Herodes» jornal humorístico...** «Correio do Minho», Braga, 23 Out. 1938, p. 1, 4.
Referência a jornais de Braga de 1877 a 1886.
- 71 FEIO, Alberto — **Bom Jesus do Monte.** Braga, Confraria do Santuário do Bom Jesus do Monte, 1930, p. 156-157.
Inclui uma relação dos números únicos e especiais comemorativos do 1.º Centenário do Bom Jesus.
- 72 GOMES, José Cândido — **Ephemerides bracarenses.** Arcos de Valdevez, 1910. (Manuscrito).
No final da obra inclui uma listagem intitulada «Nota dos periódicos publicados até hoje [1934] em Braga ou concelho». Fotocópia existente na Biblioteca Pública.
- 73 MACHADO, José — **A imprensa em Braga.** «Diário do Minho», Braga, 2 Abr. 1921, p. 1.
Breve artigo sobre a imprensa em Braga de 1936 a 1919.
- 74 MENDONÇA, Aníbal — **Evocação do primeiro jornal bracarense.** «Boletim do Rotary Clube de Braga», Braga, nova série, 25, Abr. 1972, p. 14-16.
Sobre «O Cidadão Philantropo», primeiro periódico bracarense fundado em 1836.
- 75 OLIVEIRA, A. Lopes de — **1.º Centenário do Diário do Minho.** «Diário do Minho», Braga, 23 Set. 1977, p. 1, 8.
Breve referência à vida do «Diário do Minho» nas suas várias fases: 1877, 1898 e 1919.

70LIVEIRA, A. Lopes de — **Primeiro jornal bracarense: O Cidadão Philantropo ou Jornal Político, Literário e Recreativo.** Braga, Câmara Municipal, 1971.

70LIVEIRA, Eduardo Pires de — **O «Correio do Minho» e o seu contributo para o estudo do património cultural minhoto.** «Barcellos-Revista», Barcelos, 1 (1) 1982, p. 179-212. Sep.

Recolha de artigos publicados no «Correio do Minho» sobre o património cultural minhoto.

70LIVEIRA, Eduardo Pires de — **O «Diário do Minho» e o seu contributo para o estudo do património cultural minhoto: 1919-1980.** «Barcellos-Revista», Barcelos, 2 (1) 1984, p. 207-270. Sep.

Recolha de artigos publicados no «Diário do Minho» sobre o património cultural minhoto.

70ONTES, J. M. da Cruz — **Lembrar Martins Capela: no centenário da encíclica «Aeterni Patris».** «Diário do Minho», Braga, 24 Set. 1980, p. 7.

Referência à revista «Escholio» que Martins Capela fundou em Braga em 1888.

86OUSA, Jorge Pinheiro — **«O Pioneiro»: um meio de intervenção social.** «O Pioneiro», Braga, 2 (12) Jun.-Jul. 1984, p. 9-10.

Vida do jornal «O Pioneiro», edição da Cooperativa de Consumo Novos Pioneiros.

68

Cabeceiras de Basto

80UNHA, Vitor — **Monografia de Cabeceiras de Basto: história, lendas, curiosidades.** Cabeceiras de Basto, 1958, p. 92-96.

Breve referência à imprensa cabeceirense.

Celorico de Basto

80Á, Vitor de — **Um jornal democrático de Celorico em 1884.**

«O Povo de Basto», Celorico de Basto, 16 Jul. 1983, p. 1.
Sobre «O Minho Democrático», fundado em Celorico de Basto em 1884.

Esposende

80 imprensa esposendense: 1886-1986. Esposende, [Biblioteca Municipal de Esposende, 1986].

Catálogo utilizado durante a Exposição dos 100 Anos de Imprensa do

Concelho de Esposende. Elaborado com base na Imprensa Bracarense de Lopes de Oliveira, foi enriquecido com painéis que revelavam outros títulos nele não mencionados.

Fafe

- 84 COIMBRA, Artur Ferreira — **«O Desforço» tem 91 anos de vida.** «Correio do Minho», Braga, 14 Out. 1983, p. 3.
Vida do periódico «O Desforço», fundado em Fafe em 1892.
- 85 OLIVEIRA, A. Lopes de — **«O Desforço»: razão de uma causa.** Fafe, O Desforço, 1986.
História de «O Desforço», fundado em Fafe em 1892.
- 86 OLIVEIRA, A. Lopes de — **Fafe e o seu concelho.** Braga, 1982, p. 285-305. Sep. com o título: **Jornalismo em Fafe.** Braga, 1983.
Lista alfabética dos periódicos de Fafe.

Guimarães

- 87 ALMEIDA, Hugo de — **Jornalismo vimaranense: lição vibrante de amor à terra.** «Revista de Guimarães», Guimarães, 63 (3/4) Jul.-Dez. 1953, p. 547-579. Sep.
Vida dos periódicos vimaranenses.
- 88 ALMEIDA, Justino Mendes de — **Revista de Guimarães: um século ao serviço da cultura.** «Revista de Guimarães», Guimarães, 94, Jan.-Dez. 1984, p. 479-496. Sep.
História da «Revista de Guimarães» ao completar 100 anos de existência e análise do seu conteúdo.
- 89 BRAGA, Alberto Vieira — **Catálogo da Exposição da Imprensa Periódica Vimaranense: 1822-1953.** Guimarães, Câmara Municipal, 1953.
- 90 BRAGA, Alberto Vieira — **A longa vida de um periódico vimaranense.** «O Comércio de Guimarães», Guimarães, 15 Maio 1959, [p.9].
Considerações sobre a vida de «O Comércio de Guimarães» ao completar 75 anos.
- 91 BRAGA, Alberto Vieira — **O quinquagésimo aniversário da «Revista de Guimarães» e a vida das publicações periódicas vimaranenses.** «Revista de Guimarães», Guimarães, 50 (1/2) Jan.-Jun. 1940, p. 10-73. Sep. sob o título: **Curiosi-**

dades de Guimarães: VII — Jornalismo vimaranense. Guimarães, Tipografia Minerva Vimaranesa, 1940.

Considerações sobre a vida da «Revista de Guimarães» fundada em 1884 seguindo-se uma lista cronológica dos periódicos vimaranenses de 1822 a 1940.

92ACHADA, Armindo de Sá — **Imprensa periódica vimaranense comemora mais um centenário.** «Jornal de Notícias», Porto, 29 Abr. 1984, p. 10.

A propósito do centenário de «O Comércio de Guimarães» fundado em 1884 refere vários outros títulos da imprensa vimaranense.

93ALDAS, António José Ferreira — **Guimarães**, vol. 1. Porto, Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1881, p. 146-149.

Capítulo sobre a imprensa em que refere vários periódicos publicados em Guimarães desde que aí se implantou a imprensa em 1820.

94ornais que Guimarães já teve. «Gil Vicente», Guimarães, 2 (3) Jul.-Set. 1981, p. 288. Também publicado em «G.I. Espaço Novo», Guimarães, 6 Out. 1981, p. 7.

Lista da imprensa periódica vimaranense desde 1823, extraída da «Imprensa Bracarense» de A. Lopes de Oliveira.

95LIVEIRA, Manuel Alves de — **Cem anos de jornalismo.** «O Comércio de Guimarães», Guimarães, 15 Maio 1984, p. 2.

A propósito do centenário de «O Comércio de Guimarães», fundado em Guimarães em 1884, faz uma breve referência à imprensa vimaranense.

70

Terras de Bouro

96LIVEIRA, A. Lopes de — **Terras de Bouro e o seu concelho.** Terras de Bouro, Câmara Municipal, 1971, p. 153.

Capítulo sobre a «Voz de Terras de Bouro» que se publica desde 1967.

Vila Nova de Famalicão

97ornais e revistas no concelho de Vila Nova de Famalicão. «Boletim Cultural. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão», Vila Nova de Famalicão, 3, Abr. 1982, p. 98-108, il.

Listagem da imprensa famalicense baseada na «Imprensa Bracarense» de A. Lopes de Oliveira, com algumas alterações e acrescentos.

98LIVEIRA, A. Lopes de — **Uma página do jornalismo centenário famalicense.** «Boletim Cultural. Câmara Municipal de

Vila Nova de Famalicão», Vila Nova de Famalicão, 3, Abr. 1982, p. 95-97.

Estudo sobre «O Defensor da Cruz» e «O Vilanovense» fundados em 1864 e 1881 respectivamente.

- 99 SILVA, José Casimiro da — **Imprensa de Famalicão na concretização do progresso da terra e na cultura do seu povo.** «Boletim Cultural. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão», Vila Nova de Famalicão, 1, Nov. 1980, p. 71-75.
Breve artigo sobre as publicações periódicas famalicenses.

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

- 100 LEMOS, Júlio de — **O jornalismo no distrito de Viana do Castelo.** «O Cávado», Braga, 28 Dez. 1974, p. 5-6.
Refere os principais periódicos do distrito de Viana do Castelo.
- 101 **Imprensa local e regional de Viana do Castelo: contributos para o seu estudo.** Viana do Castelo, Centro Cultural do Alto Minho. No prelo.
- 102 VIEIRA, José Augusto — **O Minho pittoresco.** Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1886-1887, 2v.
No fim de cada concelho refere os títulos dos respectivos jornais.

71

Arcos de Valdevez

- 103 GOMES, José Cândido — **As Terras do Valdovês,** vol.2, Arcos, Typografia Lusitana, 1899, p. 101, 116.
Capítulo sobre a imprensa nos Arcos de Valdevez.

Caminha

- 104 ALVES, Lourenço — **Caminha e seu concelho: monografia.** Caminha, Câmara Municipal, 1985, p. 55-59.
Capítulo sobre a imprensa em Caminha.
- 105 ALVES, Lourenço — **1.º Centenário do jornalismo em Caminha.** «Notícias de Viana», Viana do Castelo, 4 Jun. 1981, p. 10, 4.
Breves considerações sobre «O Caminhense», fundado em 1971 e referência às origens do jornalismo.

- 106 CARVALHO, Serra de — **Um aniversário e uma evocação retrospectiva da bibliografia jornalística caminhense.** «Ecos da Matriz», Caminha, Maio 1966, p. 1, 4.
Inclui lista dos jornais caminhenses desde 1881.

- 107 CARVALHO, Serra de — **Apontamentos para a história dos jornais e jornalistas da Vila de Caminha e do seu concelho.** «Caminiana», Caminha, 3 (4) Jun. 1981, p. 5-47, il. Excerptos deste artigo foram publicados em «O Caminhense», 15 Jul. 1981, p. 10-11 sob o título: **Breve historial dos jornais e jornalistas de Caminha.**
Estudo sobre a imprensa do concelho de Caminha com reprodução dos respectivos rostos.

Monção

- 108 JONES, Viriato — **Evocação da imprensa regional.** «Notícias de Monção», Monção, 7 Abr. 1978, p. 1-2.
Inclui lista dos jornais de Monção.

Paredes de Coura

- 109 JUNHA, Narciso C. Alves da — **Paredes de Coura: no Alto Minho.** 2.^a ed., Paredes de Coura, Câmara Municipal, 1979, p. 255-259.
Capítulo sobre a imprensa periódica de Paredes de Coura.

- 72 110 OLIVEIRA, A. Lopes de — **Terras de Coura.** Póvoa de Varzim, 1976, p. 101-105.
Capítulo sobre o jornalismo de Paredes de Coura.

Ponte de Lima

- 111 ILICIDÁRIO regionalista de Ponte do Lima. Ponte de Lima, Livraria Soares Correia, 1950, p. 174.
Capítulo intitulado: O jornalismo na nossa terra, em que menciona os 30 periódicos referidos por Miguel de Lemos nos Anais Municipais de Ponte de Lima, acrescentando-lhe O Progressista, fundado em 1 Dez. 1875.
- 112 FERREIRA, António] — **Arquivo histórico do limianismo, 9: Como surgiu o Cardeal Saraiva na imprensa local.** «Cardeal Saraiva», Ponte de Lima, 12 Ago. 1960, p. 1.
- 113 EMOS, Júlio de — **Para a história do jornalismo local: O Lethes.** «Cardeal Saraiva», Ponte de Lima, 22 Maio 1958, p. 1-2; 29 Maio 1958, p. 1.
Sobre «O Lethes», primeiro jornal de Ponte de Lima, fundado em 1865.

- 114 LEMOS, Miguel Roque dos Reis — **Anais municipais de Ponte de Lima**, 2.^a ed. rev., Ponte de Lima, Câmara Municipal, 1977, p. 155-168.
Refere os periódicos fundados em Ponte de Lima de 1865 a 1975.
- 115 MORAIS, Adelino Tito de — **«O Lethes»: primeiro jornal de Ponte de Lima**. «Rio Lima», Ponte de Lima, 3, Mar. 1983, p. 7-8.
- 116 **O «Rio Lima» não é o primeiro...** «Rio Lima», Ponte de Lima, 1, Jan. 1983, p. 5.
Breve artigo em que se referem alguns títulos da imprensa escolar de Ponte de Lima.

Valença

- 117 OLIVEIRA, A. Lopes de — **Valença do Minho**. Póvoa de Varzim, 1978, p. 186-196. Sep. com o título: **Valença e o jornalismo**. Póvoa de Varzim, 1978.
Capítulo sobre o jornalismo em Valença.

Viana do Castelo

- 118 GUERRA, Luís de Figueiredo da — **Jornais literários de Viana: 1856-1917**. «Lusa», Viana do Castelo, 1 (8) 1 Jul. 1917, p. 59-60.
Lista cronológica dos jornais literários de Viana, num total de 32 títulos.
- 119 MEIRA, Alberto — **Jornais e revistas de Viana do Castelo**. «Arquivo de Viana do Castelo», Viana do Castelo, 1 (3) Mar. 1934, p. 92-93; 1 (4) Abr. 1934, p. 122-124.
Resenha cronológica dos jornais de Viana do Castelo de 1855 a 1934.
- 120 MORAIS, Adelino Tito de — **Há 100 anos, Viana (tal como agora) homenageou Camões: publicado um número único do jornal «Vianna a Camões»**. «O Vianense», Viana do Castelo, 15 Jun. 1980, p. 7-8; 30 Jun. 1980, p. 7.
Sobre o número único «Vianna a Camões», publicado em Viana em 10 de Junho de 1880.
- 121 SILVA, Bernardo — **Imprensa distrital: entrevista**. «Almanaque de Ponte do Lima», Ponte do Lima, 8, 1933, p. 275-281.
Entrevista concedida à direcção do «Almanaque de Ponte de Lima» (Rodrigo Abreu) pelo director de A Aurora do Lima, Bernardo Silva, que fala da vida do jornal desde que surge em Viana do Castelo em 15 de Dezembro de 1855.

Vila Nova da Cerveira

- 122 DIOGO, José Leal — **A imprensa em Cerveira.** «Cerveira Nova», Vila Nova de Cerveira, 5 Jan. 1973, p. 6.
Lista dos jornais publicados em Vila Nova de Cerveira de 1869 a 1973.
- 123 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — **O contributo do Jornal «Cerveira Nova» para o estudo e divulgação do património cultural cerveirense.** «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», Coimbra, 39, 1984, p. 161-168. Sep.
Recolha de artigos publicados no jornal «Cerveira Nova» sobre o património cultural cerveirense.



ÍNDICE ONOMÁSTICO

- A., S. veja ARAÚJO, Domingos da Silva
Almanaque Socialista — 5
ALMEIDA, Francisco de — 45, 46, 47
ALMEIDA, Hugo de — 87
ALMEIDA, Justino Mendes de — 88
ALVES, Aníbal — 37, 38
ALVES, Lourenço — 104, 105
ALVES, Luís Alberto Marques — 36
Anuário. Arquidiocese de Braga — 39
Anuário Católico de Portugal — 19
Anuário Comercial de Portugal — 20
Anuário Geral de Portugal — 21
Anuário Português da Publicidade — 22
ARANHA, Brito — 14, 23
ARAÚJO, Domingos da Silva — 40, 41, 42, 63
- B., C. veja BASTO, Carlos
BASTO, Carlos — 48
- BESSA, Alberto — 1, 64
BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA — 29
BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA — 28
Boletim de Bibliografia Portuguesa — 26
Boletim Informativo. Delegação no Porto da Direcção-Geral da Comunicação Social — 31
BRAGA, Alberto Vieira — 89, 90, 91
- CACHADA, Armindo de Sá — 49, 50, 92
CALDAS, António José Ferreira — 93
CAMPOS, Assis de (pseudónimo) veja OLIVEIRA, A. Lopes de
CARNEIRO, Álvaro — 65
CARVALHO, Serra de — 106, 107

- COELHO, Constantino Ribeiro — 66
 COIMBRA, Artur Ferreira — 84
 CUNHA, Alfredo da — 3
 CUNHA, Narciso C. Alves da — 109
 CUNHA, Vitor — 81
- DIOGO, José Leal — 122
- Elucidário regionalista de Ponte de Lima — 111
- FARIA, Jorge de — 67, 68, 69
 FEIO, Alberto — 71
 FERRAZ, António veja PAIS, A.
 FERREIRA, António — 112
 FONSECA, Carlos da — 9
 FONSECA, Martinho da — 16
- GOMES, José Cândido — 72, 103
 Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira — 17
 GUERRA, Luís Figueiredo da — 118
- A imprensa esposendense — 83
 Imprensa local e regional de Viana do Castelo — 101
- Jornais que Guimarães já teve — 94
 Jornais e revistas no concelho de Vila Nova de Famalicão — 97
- LEMOS, Júlio de — 100, 113
 LEMOS, Miguel Roque dos Reis — 114
 LOUREIRO, Pinto — 34
- M., A. veja MEIRA, Alberto
 MACHADO, Falcão — 51
 MACHADO, José — 73
 MARQUES, A. H. de Oliveira — 35
 MARTINS, Rocha — 2
 MATOS, Luís Salgado de — 10
 MEIRA, Alberto — 119
 MENDONÇA, Aníbal — 74
 MIRANDA, João — 52
 MÓNICA, Maria Filomena — 10
 MORAIS, Adelino Tito de — 115, 120
- NOGUEIRA, César — 6
 NUNES, Viriato — 108
- OLIVEIRA, A. Lopes de — 43, 53, 75, 76, 85, 86, 96, 98, 110, 117
 OLIVEIRA, César — 7
 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — 77, 78, 123
 OLIVEIRA, Manuel Alves de — 95
- P., V. veja PORTELA, Raul Veloso
 PAIS, A. — 54
 PEREIRA, Augusto Xavier da Silva — 24, 25
 PEREIRA, Esteves — 15
 PIRES, Daniel — 33
 PONTES, J. M. da Cruz — 79
 PORTELA, Raul Veloso — 55, 56, 57
 PORTUGAL, Secretaria de Estado da Comunicação Social — 27
 Principais órgãos da imprensa portuguesa — 30
- O «Rio Lima» não é o primeiro — 116
 ROCHA, Clara — 32
 RODRIGUES, A. — 58
 RODRIGUES, Edgar — 8
 RODRIGUES, Guilherme — 15
- SÁ, Vitor de — 11, 12, 13, 82
 SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — 59, 60
 SILVA, Bernardo — 121
 SILVA, Cardoso e — 61, 62
 SILVA, Inocêncio Francisco da — 14
 SILVA, José Casimiro da — 99
 SOARES, Ernesto — 18
 SOUSA, Jorge Pinheiro — 80
- TENGARRINHA, José — 4
- V., A. veja BRAGA, Alberto Vieira
 VIEIRA, José Augusto — 44, 102
 VILAS-BOAS, António Francisco Pais de veja PAIS, A.
- Z veja SILVA, Cardoso e

AD - Arquivo Distrital
BPB - Biblioteca Pública de Braga
MUSEU - Museu Nogueira da Silva
CCHS - Centro de Ciências Históricas e Sociais
UEA - Unidade de Educação de Adultos
Entre parêntesis a entidade promotora da iniciativa

NOVEMBRO

- 7
1 a 19 — Pinturas de **Matilde Marçal** na Galeria da Universidade. É a segunda exposição em Braga desta pintora que é Professora Agregada da Escola de Belas Artes de Lisboa. (MUSEU)
- 5 — «Os meus livros inesquecíveis», com Prof. Lúcio Craiveiro da Silva, Celina Silva e Vergílio Alberto Vieira no auditório do Museu Nogueira da Silva, às 21.30 horas. (BPB)
- 12 — Conferência sobre «**Expostos: a roda do infortúnio para as crianças abandonadas no séc. XIX**», pela Dr.^a Maria Manuela Faria da Cunha — palestra integrada no Círculo pelo ADB, desde 1986, e intitulado «Arquivo, A Alma De Um Povo». Ocorrerá no Salão Nobre da U.M., Largo do Paço, em simultâneo, com o lançamento de mais um instrumento de pesquisa editado pelo Arquivo, dentro do espírito de difusão informativa, que vem sendo praticada: trata-se do «Julgados de Paz no Arquivo Distrital de Braga. Estudo e Inventário», elaborado por Armando B. Malheiro da Silva. (AD)



Matilde



V. Vieira

- 20 — **Tibães.** Exposição documental sobre o famoso mosteiro. Na galeria da Universidade. (MUSEU)

Tibães, o seu passado. E que futuro? Ciclo de conferências organizado pelo Centro de Ciências Históricas e Sociais em colaboração com o Museu Nogueira da Silva.

A primeira conferência intitula-se **Tibães e a Arte em Portugal**, pelo Prof. Doutor Artur Nobre Gusmão, às 18.00 horas no Salão Nobre da Escola do Magistério Primário.

- 20 — Inauguração de uma Exposição Bibliográfico-Documetal inserida no Ciclo de Conferências subordinado ao tema «Tibães, o seu passado. E que futuro?», em que o A.D.B. contribuirá com a apresentação de algumas das muitas espécies, de que, sobre essa matéria, é depositário. (AD)

- 23, 24 e 25 — Curso de Ergonomia, Segurança e Higiene no Trabalho, promovido pela Unidade de Educação de Adultos em colaboração com o Eng.º Sérgio Miguel, o Eng.º Mário Sá Barbosa e o Dr. Luís Gomes da Costa. (UEA)

- 25 — «Os meus livros inesquecíveis», convidados a indicar. (BPB)

- 27 — **Tibães e a problemática da Reforma**, conferência pelo R do Dr. Geraldo Coelho Dias da Universidade do Porto, às 18.00 horas no Salão Nobre da Escola do Magistério Primário. (CCHS)

- 27 e 28 — Seminário «**A Educação de Adultos na Reforma Educativa**», promovido pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo e organizado pelo Grupo de Trabalho para a Reorganização do Subsistema da Educação de Adultos, coordenado pela Unidade de Educação de Adultos. (UEA)
-

DEZEMBRO

78

- 4 — **Tibães na Idade Média**, conferência pelo Prof. Doutor José Mattoso, da Universidade Nova de Lisboa, às 18.00 horas no Salão Nobre da Escola do Magistério Primário. (CCHS)
- 4, 5 e 6 — Seminário de Avaliação do Projecto de Investigação Participativa — Viana do Castelo, dirigido por Thord Erasmie (Universidade de Linkoping, Suécia) e por Licínio C. Lima. (UEA)
- 10 — «José Anastácio da Cunha — o lente penitenciado», conferência por Norberto Cunha, às 21.30 horas no auditório do Museu Nogueira da Silva. (BPB)
- 11 — **Tibães e a Promoção Económica de Entre Douro e Minho**, conferência pelo Prof. Doutor Aurélio de Oliveira, às 18.00 horas no Salão Nobre da Escola do Magistério Primário. (CCHS)

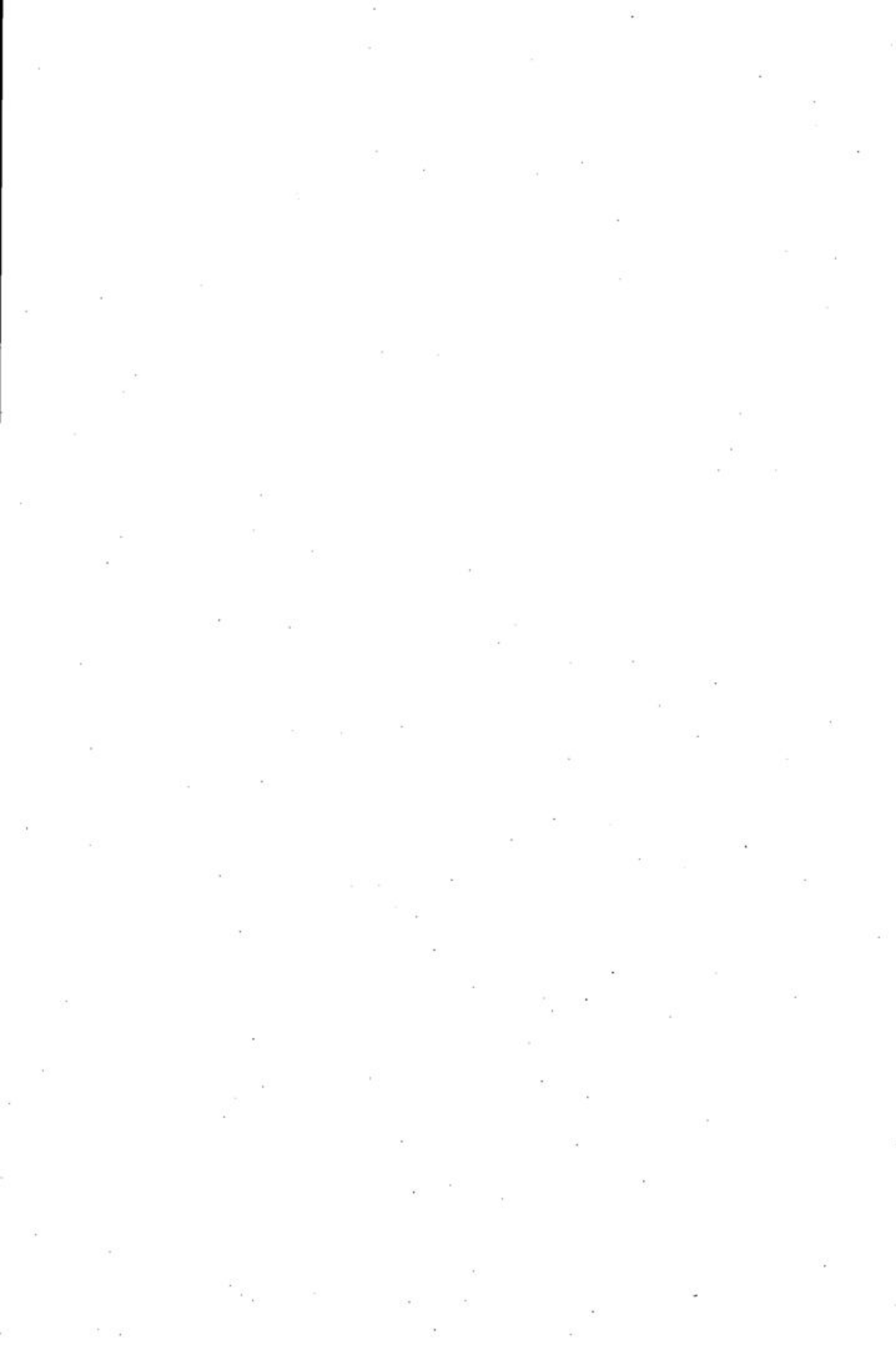
- 20 — **Gravuras, Serigrafias e Desenhos.** exposição de Natal na Galeria da Universidade. (MUSEU)
- 7 — Conferência sobre o músico quinhentista Miguel da Fonseca, pelo Dr. João Pedro Carvalho d'Alvarenga, complementada com a audição de algumas peças do repertório do citado artista, às 21.30 horas no Salão Nobre da Universidade do Minho, Largo do Paço. (AD)

JANEIRO

- 8 — **Tibães e o Liberalismo.** conferência pelo Prof. Doutor Luís António Oliveira Ramos. Mesmo horário e local das anteriores. (CCHS)
- 15 — **Tibães na Cultura Portuguesa.** conferência pelo Prof. Doutor António Cruz. Mesmo horário e local. (CCHS)
- 7 — **Gil Teixeira Lopes.** exposição de Pinturas, Desenhos, Gravuras e Esculturas. Ainda sem data fixada. (MUSEU)
- 22 — **Tibães: e que futuro?** Mesa redonda para encerramento do Ciclo de Conferências, às 15.00 horas no Salão Nobre da Escola do Magistério Primário. (CCHS)
- Tibães e a Música Portuguesa,** conferência por D. Gabriel de Sousa, O.S.B., com a presença dos Monges do Mosteiro beneditino de Singeverga, às 18.30 horas, no Mosteiro de Tibães. (CCHS)



Gil T. Lopes



DOCUMENTAÇÃO
& *vária*

DOAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DO DOUTOR VICTOR DE SÁ À BIBLIOTECA PÚBLICA DE BRAGA

82

Em 19 de Dezembro de 1984, na Reitoria da Universidade do Minho, ao Largo do Paço, em Braga, o Doutor JOAQUIM VICTOR BAPTISTA GOMES DE SÁ adiante designado como primeiro outorgante, e a Universidade do Minho, representada pelo seu Reitor, Professor Doutor JOÃO DE DEUS ROGADO SALVADOR PINHEIRO adiante designado como segundo outorgante, dão forma escrita à seguinte doação:

Disse o Primeiro Outorgante:

Que na sua qualidade de bracarense, de frequentador familiar da Biblioteca Pública desde os anos da sua primeira juventude, e devido até à circunstância de ter sido acidentalmente docente da Universidade do Minho nos seus primeiros cinco anos lectivos, propõe-se entregar à guarda da velha Biblioteca Pública de Braga, hoje integrada na Universidade do Minho, um certo volume de documentação que tem acumulado ao longo da vida, uma de character mais estritamente pessoal, outra mais de interesse local e epocal, e ainda alguns materiais de estudo e investigação, estes à medida que os fôr considerando dispensáveis na sua carreira de professor ou para os trabalhos em curso e projectos que ainda tentará realizar.

Que enquanto fôr vivo esse depósito deve manter-se à sua disposição e uso em exclusivo.

Que a partir da sua morte, o depósito deve integrar-se nos fundos da Biblioteca em posse plena, salvaguardando no entanto interesses legítimos dos seus descendentes, tais como:

- a) facilidades privilegiadas nas consultas desse fundo;
- b) concessão de fotocópias a cada um dos seus três filhos, Victor Henrique, Osvaldo e Clotilde Maria, das colecções de escritos e/ou de referências críticas, notícias ou outros elementos;

c) fotocópias a outros descendentes (netos, bisnetos) que eventualmente venham a interessar-se por prosseguir algum ou alguns estudos sobre temas relacionados com os seus materiais aí depositados;

d) entrega de uma cópia a cada um dos seus filhos, seus representantes ou sucessores de algum inventário arquivístico caso venha a ser feito, de todo ou parte deste depósito/doação;

e) salvaguarda dos direitos autorais segundo as prescrições da lei que estiver em vigor, nos eventuais casos de edições ou reedições de parte ou partes do mesmo material depositado.

Que de imediato poderá enviar para o depósito de **seu uso exclusivo** enquanto vivo, entre outros, os seguintes materiais:

Colecções das suas colaborações em jornais e revistas desde o início da sua actividade cultural;

Colecções de recortes com críticas, notícias, entrevistas, documentos de viagens, etc.;

Caixas com material de actividades políticas anteriores e posteriores ao 25 de Abril;

Dossiers respeitantes à sua vida de estudante, profissional e académica, incluindo diplomas, currículos, relatórios, concursos, etc.;

Colecções de fotografias políticas e pessoais;

Pastas com materiais recolhidos para vários estudos publicados ou outros de cuja publicação haja desistido (sobre António Sérgio, Rodrigues Sampaio, Santos Graça, Manuel Monteiro, Francisco Solano Constâncio, Manuel de Oliveira, revista «A Águia», Ribeiro Sanches, etc.);

Pastas com material e documentação de diversos colóquios, Congresso Republicano de Aveiro, estudos de reforma do ensino e da Universidade, campanhas eleitorais, etc.

Que de imediato poderá entregar todo o material avulso que acumulou ao longo do seu trabalho, em vias de conclusão, **ROTEIRO DA IMPRENSA OPERÁRIA E SINDICAL (1835-1983)**, cujos exemplares de jornais impressos ou copiografados, alguns dos quais raros, **podem desde já dar entrada nos fundos da Biblioteca a posse plena** para tratamento, integração nos ficheiros e consulta pública.

Que à documentação depositada, para já para seu uso exclusivo, sejam garantidas condições de invulnerabilidade e de integridade.

Disse o Segundo Outorgante:

Que aceita para a Biblioteca Pública de Braga a doação que acaba de lhe ser feita, nos termos exarados, cumprindo-lhe manifestar por este meio a gratidão devida ao Doador pela sua generosidade.

Assim o disseram e outorgaram.

Braga, Dezanove de Dezembro de mil novecentos e oitenta e quatro.

Joaquim Victor Baptista Gomes de Sá
João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
Reitor da U.M.

PROTOCOLO ENTRE A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGA E A UNIVERSIDADE DO MINHO (DEPÓSITO NA BIBLIOTECA PÚBLICA DE BRAGA DA BIBLIOTECA DE D.^a DELFINA GOMES)

84

A Assembleia Distrital de Braga, na sequência de contactos estabelecidos com a Biblioteca Pública de Braga/Universidade do Minho, em reunião realizada no dia 6 de Julho de 1982 deliberou depositar naquela instituição cultural o fundo documental adquirido à Sra. D.^a Delfina Gomes até agora à guarda do Museu dos Biscainhos.

Tal decisão justificou-se pela falta de adequadas condições de conservação, tratamento e difusão em que o referido fundo documental se encontrava, as quais poderão ser asseguradas por um organismo vocacionado para o efeito, como é o caso da Biblioteca Pública de Braga.

Assim, ao depositar na Biblioteca Pública de Braga o espólio bibliográfico e arquivístico cuja relação figura em anexo, a Assembleia Distrital de Braga celebra com a Universidade do Minho o presente protocolo, através do qual são especificadas as principais condições para a sua salvaguarda e utilização:

1. A Biblioteca Pública de Braga compromete-se a manter as espécies transferidas nas condições de conservação e segurança necessárias à sua preservação.

2. A Biblioteca Pública de Braga compromete-se, dentro das suas possibilidades humanas e materiais, a tratar e a explorar culturalmente o Fundo em questão no sentido de o colocar ao serviço do Distrito e da Região

3. A Biblioteca Pública de Braga deverá identificar o Fundo Documental, para todos os efeitos, como «BIBLIOTECA DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGA».

4. A Biblioteca Pública de Braga deverá facultar à Assembleia Distrital de Braga e ao Museu dos Biscainhos a consulta directa e, se necessário, em espaço exterior, de quaisquer obras do fundo, consulta isenta de condicionalismos por parte da Biblioteca, mas sujeita a:

A / Identificação do requerente
B / Autorização expressa do Presidente da Assembleia Distrital de Braga
C / Assinatura de recibo de levantamento cujo duplicado (ou fotocópia) deverá ser enviado à Assembleia Distrital.

5. A Biblioteca Pública de Braga deverá facultar a utilização das espécies à Assembleia Distrital ou ao Museu dos Biscainhos, para iniciativas como exposições ou outras, sendo esta utilização sujeita às mesmas exigências expressas no número anterior.

6. A Assembleia Distrital de Braga autoriza a Biblioteca Pública de Braga da Universidade do Minho a utilizar as espécies transferidas nos moldes e com os critérios que este organismo entender, salvaguardadas as normas de identificação, conservação e segurança.

Este protocolo será válido pelo período de cinco anos, tacitamente renovável por iguais períodos, e a sua eventual denúncia por qualquer das partes deverá ser comunicada à outra com a antecedência mínima de três meses.

ANEXO: relação das obras (livros, periódicos e manuscritos) que dão entrada na BPB.

Braga, aos 19 dias do mês de Novembro de 1986.

O Reitor da Universidade do Minho
Sérgio Machado dos Santos
O Presidente da Assembleia Distrital de Braga
Fernando Alberto Ribeiro da Silva

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A BIBLIOTECA NACIONAL E A UNIVERSIDADE DO MINHO (BASE NACIONAL DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS)

As bibliotecas representam, em todo o mundo, instituições culturais que garantem o acesso ao conhecimento, a sua difusão e a salvaguarda da memória colectiva dos povos. Em Portugal, o acervo conservado na Biblioteca Nacional constitui um valor inestimável que a todo o custo urge divulgar.

As suas atribuições reflectem esta preocupação (Dec.-Lei n.º 332/1980, 29 de Agosto), particularmente:

- **Produzir e divulgar a bibliografia nacional corrente (BNC) e assegurar os serviços de controlo bibliográfico nacional (CBN) e a respectiva integração nas cadeias do controlo bibliográfico universal (CBU);**
- **Elaborar e manter o catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas;**
- **Assegurar a difusão da ficha catalográfica nacional;**
- **Funcionar como biblioteca normativa em todas as questões técnicas, no âmbito da biblioteconomia e ciências afins, e dar apoio técnico às bibliotecas que o solicitem;**
- **Assegurar a aplicação das actualizações que foram sendo acordadas a nível internacional no âmbito da catalogação, da descrição bibliográfica e noutros.**

Os Serviços de Documentação da Universidade do Minho têm a responsabilidade de assegurar a recolha e difusão de informação necessária às funções de investigação, ensino, educação permanente, apoio à comunidade e extensão cultural da Universidade do Minho, bem como garantir uma biblioteca de referência apta a orientar, em qualquer domínio, os leitores que se lhe possam dirigir.

Por outro lado, a Biblioteca Pública de Braga, integrada plenamente na Universidade do Minho desde 1975, era, à partida, uma biblioteca erudita e de conservação, possuindo um importante fundo antigo, proveniente das livrarias dos mosteiros e conventos da região minhota, extintos em 1834, sendo ainda beneficiária do Depósito Legal desde 1932. Porém, actualmente, está empenhada em conciliar estas características com uma declarada vocação de biblioteca de leitura pública, necessária e urgente num concelho com cerca de 130 mil habitantes que não possui qualquer outra instituição similar que cumpra os fins e objectivos das bibliotecas públicas.

Tais características, não permitem aos Serviços de Documentação da Universidade do Minho, e à Biblioteca Pública de Braga, trabalharem isolados, necessitando, a cada momento, de se sentirem bem inseridos na Comunidade Científica Nacional.

Assim, a U.M., sendo uma instituição relativamente recente, alberga no seu seio recursos documentais tão diferentes quanto complementares, pois conjuga a conservação e divulgação de um precioso património bibliográfico com o fomento da leitura pública e o apoio imprescindível à comunidade universitária e científica da região.

Por isso mesmo, caracteriza-se por uma dinâmica e espírito de iniciativa que a fizeram compreender imediatamente os benefícios da adesão à Base Nacional de Dados Bibliográficos, não só pelo contributo que poderá dar para um melhor conhecimento e divulgação do Património Bibliográfico Nacional, como, sobretudo, podendo, graças às características dos cursos nela ministrados, contribuir com uma forte componente oriunda do campo das Ciências da Engenharia, Ciências Exactas e da Natureza, permitindo modificar o cariz inicial da própria Base Nacional de Dados Bibliográficos.

Pela análise conjunta da situação das bibliotecas portuguesas, entendem os signatários do presente acordo que só uma solução informática, fazendo uso de equipamento dedicado à sua actividade, poderá ultrapassar a situação de atraso em que se encontram.

A racionalização dos meios existentes e a afectar exigem, no entanto, que os investimentos a realizar neste domínio sejam usufruídos pelo maior número de interessados, através da sua participação cooperativa, tanto na partilha do equipamento como das tarefas técnicas necessárias à constituição e manutenção da Base Nacional de Dados Bibliográficos.

Assim, a Biblioteca Nacional, os Serviços de Documentação da Universidade do Minho e a Biblioteca Pública de Braga decidem celebrar o presente acordo, com vista a:

- 1. Desenvolver coordenadamente esforços junto das hierarquias respectivas, a fim de proceder à instalação na Biblioteca Nacional e nas bibliotecas cooperantes o equipamento necessário à constituição da Base Nacional de Dados Bibliográficos;**
- 2. Utilizar o equipamento e programas acima referidos numa base cooperativa, partilhar os recursos técnicos e humanos existentes;**
- 3. Criar, manter e desenvolver a Base Nacional de Dados Bibliográficos a partir dos respectivos fundos documentais, estabelecendo prioridades e critérios no carregamento de dados que melhor satisfaçam as partes envolvidas;**
- 4. Constituir equipas de apoio técnico destinadas a coordenar as futuras acções, particularmente no que respeita à formação de meios humanos;**
- 5. Aceitar que acordos idênticos venham a ser estabelecidos com instituições interessadas em prosseguir os mesmos objectivos.**

Este Acordo será válido para as fases de projecto e implantação da Base Nacional de Dados Bibliográficos, devendo ser revisto no sentido de uma maior concretização no início da fase de funcionamento.

Universidade do Minho, 16 de Junho de 1987

Pel' Biblioteca Nacional
(O Director)
Manuel Vilaverde Cabral
Pel' Universidade do Minho
(O Reitor)
Sérgio Machado dos Santos

